



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PATRIMÔNIOS ESQUECIDOS: IRMÃOS NA COR E NA FÉ

MARIANA WILLENDOFF DA COSTA OLIVEIRA

Cajazeiras - PB
2012

MARIANA WILLENDORFF DA COSTA OLIVEIRA

PATRIMÔNIOS ESQUECIDOS: IRMÃOS NA COR E NA FÉ

Monografia apresentada ao Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, com exigência a obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Porf. Ms. Edinaura Almeida de Araújo

Cajazeiras - PB

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

O482p	<p>Oliveira, Mariana Willendorff da Costa Patrimônios esquecidos: irmãos na cor e na fé/ Mariana Willendorff da Costa Oliveira. Cajazeiras, 2012. 65f.: il.</p> <p>Orientadora: Edinaura Almeida de Araújo. Monografia (Graduação) – CFP/UFCG Acompanha DVD com entrevistas.</p> <p>1. História cultural. 2. Memória cultural. 3. Identidade cultural. 4. Patrimônio material. 5. Irmandades negras. I. Araújo, Edinaura Almeida de. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p> <p>CDU – 930.85</p>
-------	---

MARIANA WILLENDORFF DA COSTA OLIVEIRA

PATRIMÔNIO ESQUECIDOS: IMÃOS NA COR E NA FÉ

Monografia apresentada ao curso de História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras – PB, com requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da prof^o.Ms. Edinaura Almeida de Araújo.

Aprovada em: ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Ms. *Edinaura Almeida de Araújo*- Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Prof. Dr^a. *Rosilene Alves de Melo*- 1º Examinadora Titular
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Prof.Ms. *Nosângela Maria Rolim*-2º Examinadora Titular
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Prof. Dr^a. *Piedade Lino Vieira*- 3º Examinadora Suplente
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG

Dedico:

Aos integrantes da Irmandade do Rosário, Congos, Reisados e Pontões...

A cultura pombalense...

Aos patrimônios esquecidos...

Agradecimentos

Agradeço a bondade infinita de Deus por permitir que meus passos tenham caminhado até esse momento, agradeço a todas as dificuldades que enfrentei cada lágrima, cada desespero se não fossem por elas não teria saído do lugar... Ao meu pai **José Alves de oliveira** a minha mãe **Maria de Fátima da Costa Oliveira** que com todo carinho e cuidado de mãe sempre esteve ao meu lado, aos meus irmãos queridos, sem minha família esse trabalho nunca teria existido, pois eles me deram a vida em um corpo saudável.

Agradeço, a minha orientadora **Edinaura Almeida de Araújo**, minha professora/amiga, pois tudo o que está nestas páginas só foi possível em grande medida porque ela me ensinou a pensar meu próprio passado enquanto pombalense, sempre com grande estima atendeu prontamente e me guiou pelos caminhos da pesquisa.

As professoras orientadoras **Dr^a. Maria Lucinete Fortunato** e **Dr^a. Mariana Moreira Neto**, por terem me apresentado os caminhos para Iniciação Científica, bases para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica. Como também aos meus orientadores na Extensão Científica **Ms. Viviane Gomes de Ceballos**, **Dr^o. Rodrigo Cebellos** e **Ms. Isamar Gonçalves Lobo**, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento intelectual, como também para o despertar sobre as dimensões patrimonialísticas.

Aos professores do curso de História agradeço.

À minha professora das series iniciais **Rizalva**, grande mestre em sua infinita paciência, apresentou-me aos estudos e acreditou na minha capacidade.

Aos meus irmãos de caminhada, meus amigos e amigas tão queridos, vocês fazem meus dias mais alegres. Em nome de **Gislanea Nunes Costa** amiga de todas as horas, que sempre me ouviu pacientemente e procurou elucidar minhas dúvidas no processo de escrita da monografia. Companheiros da turma 2008.1 de História agora colegas de profissão, vivi momentos memoráveis ao lado de vocês! Agradeço em especial a **Adriana, Roseane, Sebastiana, Francisca, Geoge, Douglas...**

Obrigado Deus por abençoar minhas palavras e meus pensamentos que a quem eu fale, consiga transformar e deixar plantada a semente do saber.

A todos vocês os meus agradecimentos,

Mariana Willendorff da Costa Oliveira

RESUMO

Preservar a memória dos fatos, dos comportamentos, das pessoas, das ideias é uma prática da tradição cultural que é portadora de referências à identidade, ação e herança resguardada de diferentes grupos da sociedade. O reconhecimento e valorização dos patrimônios imateriais têm como objetivo manter o registro da memória de bens culturais e de sua trajetória, com intuito de preservá-los para gerações futuras. Corroborando dessa ideia, buscamos analisar neste trabalho a atuação da Irmandade do Rosário, Congos, Pontões e Reisados, quais processos dinâmicos formaram suas identidades afrodescendente no interior do sertão da Paraíba. As irmandades são instituições religiosas que, para funcionar precisavam da autorização do Estado e da Igreja. Seus integrantes apresentavam na Assembléia Legislativa Provincial um documento, denominado de Ordem de Compromisso, onde descreviam o estatuto e as intenções de sua confraria. Esses documentos, em conjunto com a análise das pesquisas bibliográficas e estudos da tradição oral dos grupos, concluímos que as Irmandades eram um espaço de luta e resistência, onde o homem negro procurava reorganizar-se socialmente, reintegrando-se à sociedade, assumindo papéis que não eram, exclusivamente, o de ser escravo. Essas concepções permearam a formação cultural de Pombal – PB, o que nos levou a problemática da pesquisa que é entender o processo de desvalorização da cultura local. Com isso, nosso objetivo é avaliar se os grupos folclóricos são considerados patrimônios imateriais da cidade, e que táticas de preservação são utilizadas no âmbito das relações sociais. Neste sentido, a monografia apresenta-se estruturada em três capítulos. No primeiro, historiciza-se a formação de Pombal – PB, sendo considerações necessárias para entender as relações que se estabeleceram entre o processo de formação da Irmandade do Rosário e o surgimento da cidade. No segundo capítulo, propõe-se discutir a cultura de matriz africana como ponto de análise das identidades construídas nos espaços das Irmandades do Rosário que cultuam Santa Católica no alto sertão paraibano. No terceiro capítulo, se estabelece um diálogo entre Cultura, Memória e Patrimônio como substratos de uma construção identitária, assim pauta-se na possibilidade de pensar as manifestações populares dos grupos como bem de valor que são selecionados e consagrados enquanto patrimônio devem ser ressignificados e dessacralizados, ao serem considerados como uma prática social que as novas gerações poderão descobrir seu valor simbólico e recriar no presente valores que os manterão vivos e pulsantes através de uma consciência preservacionista que se pautará no desenvolvimento e na sustentabilidade, não sendo mais patrimônios esquecidos no tempo.

Palavras – Chaves: Cultura afrobrasileira, Memória, Patrimônio.

ABSTRACT

Preserves the memory of facts, behaviors, people, the ideal is a practice of cultural tradition that carries references to identity, action and inheritance guarded from different groups in society. The recognition and valuation of intangible assets aim to keep record of cultural memory and its history, in order to preserve them for future generations. Corroborating this idea, in this paper we analyze the performance of the Brotherhood of the Rosary, Congos, Pontoons and Reisados, dynamic processes which formed their identities afrodescendant inside the backlands of Paraiba. The brotherhoods are religious institutions that needed to run the authorization of the State and the Church. Its members were the Provincial Legislature a document, called the Order of Commitment, which described the status and intentions of their fraternity. These documents, together with the analysis of literature searches and studies of the oral tradition of the groups, we conclude that the Brotherhoods were a space of struggle and resistance, where the black man tried to reorganize themselves socially reintegrating themselves into society, taking on roles that were not solely to be a slave. These conceptions permeated the cultural formation of Pombal - PB, which led us to the issue of research is to understand the process of devaluation of the local culture. Thus, our goal is to assess whether the folk groups are considered immaterial heritage of the city, and that preservation tactics are used in the context of social relations. In this sense, the present monograph is structured into three chapters. At first, historicizes the formation of Pombal - PB, and considerations necessary to understand the relationships that were established between the process of formation of the Brotherhood of the Rosary and the appearance of the city. The second chapter proposes to discuss the culture of African as a point of analysis of identities constructed in the spaces of the Rosary Confraternity who worship a Holy Catholic in the hinterland of Paraiba. The third chapter establishes a dialogue between Culture, Memory and Heritage as an identity construction substrates, so the agenda is the possibility of thinking the manifestations of popular groups as well that value is selected and should be recognized as assets and resignified desacralized, to be considered as a social practice that new generations will discover its symbolic value and recreate the present values that will keep them alive and pulsating consciousness through a preservationist who charted the development and sustainability, not being forgotten heritage in time.

Keywords: Afro-Brazilian Culture, Memory, Heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	13
1.1 Formação Histórica de Pombal- PB	14
1.2 A mãe África e seus filhos escravizados	16
1.3 O bom filho a casa retorna: processos de resistência e sobrevivência negra	19
CAPÍTULO II	22
2.1 Pela Fé a Nossa Senhora do Rosário	22
2.2 A luta continua: A construção da identidade dos sujeitos	24
2.3 Irmandades Negras em Pombal – PB	27
CAPÍTULO III	33
3.1 Memória e Patrimônio: dimensões culturais de uma tradição	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se baseia nas discussões de cultura, memória como substratos na construção identitária e patrimônio como preservação da memória, relacionados a afro descendência encontrada nos grupos integrantes da Irmandade do Rosário de Pombal – PB. Neste misticismo religioso enfocamos os conjuntos de manifestações populares que integram os grupos que a realizam. Nessa perspectiva, coloca-se como ponto de partida a possibilidade de pensar os "patrimônios culturais" da cidade de Pombal – PB, analisando-os enquanto lugar da memória.

O reconhecimento e afirmação da identidade cultural dos indivíduos os transcendem, sendo notória a formação da identidade afro-brasileira no sertão da Paraíba, onde os sujeitos saem do anonimato para se reconhecer em uma dimensão ampla de signos e representações, passam a conhecer sua própria história sendo transformados em atores sociais transmissores da herança cultural.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as manifestações artísticas culturais dos grupos folclóricos, Irmandade, Congos, Reisado, Pontões, como integrante do patrimônio cultural imaterial da cidade de Pombal-PB, resignificando o passado de formação dos grupos e os adequando em uma dimensão ampla de bem cultural de significativo valor simbólico, a comunidade pombalense, chama de algum lugar seu próprio passado. Partindo desse pressuposto, percebemos que o conjunto de bens de valor com significado coletivo, representa o patrimônio de um grupo de pessoas, de um país ou até mesmo da humanidade. Considerando que o homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade se expressem claramente em seus atos, pois acreditamos que mesmo imbuídos de individualidade os indivíduos fazem parte de uma coletividade em comum, a qual se compartilha aspectos semelhantes. Assim, a memória pessoal transforma-se em fonte histórica, justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Segundo Oliveira e Moura (2012, p.86):

Essa procura é facilitada quando se guardam os registros (materiais ou não) que compõem a nossa história e resgatam nossas raízes, tais como construções, traçados urbanos, relatos, livros e documentos, entre outros que, por sua importância, constituem o patrimônio de uma sociedade. Porém, muitas pessoas não têm acesso à informação ao ponto de entender a importância desse patrimônio histórico, e por isso, não comungam da necessidade de sua conservação.

Nessa perspectiva, os grupos folclóricos se constituem compartilhado de uma memória coletiva que compõe a sociedade, daí o porquê da necessidade de sua preservação e registro, pois seus bens funcionam tanto como fontes históricas quanto como lugares de memória, testemunhos do passado, palco de experiências vivenciadas por atores sociais em tempos e espaços diferenciados. Por isso, o estudo desses lugares da memória nos é significativo para a construção de saberes histórica e como objeto da cultura histórica local e regional.

Para Michel de Certeau (1988), a história compreende a ligação do lugar social, da prática científica, e da escrita. Cada um tem seu lugar particular, mas se relacionam na escrita historiográfica que constrói o lugar de onde se fala, ou se quer falar, cabe desta forma ao historiador assumir posturas na investigação para se situar na pesquisa, as quais vão depender da sua carga de ideias, cultura, linhas de pensamento, e como ele se coloca no espaço e tempo seja contemporâneo ou passado.

O referido autor defende o modelo subjetivo, pelo qual toda interpretação depende de um sistema de referencia, mesmo que o historiador ouse tentar construir uma história objetiva será impossível conseguir, pois no pano de fundo de suas ideias estarão reflexões passadas arraigadas de uma ideologia própria, é que essa, teria sido influenciada por outras ideologias advindas da carga de leitura do autor, que seria o não-dito, o que não se pode controlar, ou seja, o saber esta ligado ao lugar, as suas imposições sendo impossível analisar o discurso histórico fora da instituição da qual o historiador pertence e se correlaciona com as produções. A intenção é construir uma relação de causa e efeito, problematizando e questionando o próprio discurso historiográfico a partir de um conjunto de práticas, que envolvem estudos mesmo que particulares, sendo a individualidade de cada historiador avaliado na coletividade de outros trabalhos, ou seja, e uma rede de ligações institucionais formais que dependem do momento de formação de teorias práticas para ser avaliado. Assim, “*Fazer história é uma prática*”.

A pluralidade da fragmentação histórica envolve uma evolução do conhecimento histórico, que adquiriu segundo o autor, uma melhor capacidade de medir desvios, tanto quantitativa como qualitativos. Uma relação que envolve uma história por fazer ou refazer, que dependendo do fato desenvolve uma linguagem própria, prática e técnica para explicá-lo, combinado com um lugar desenvolvendo assim modelos. O historiador vai procurar trabalhar com as margens, as fronteiras, transitará do lado oposto das racionalizações adquiridas, olhará para o mundo dos esquecidos, desprivilegiados, a loucura, a feitiçaria e por essa prática fará aparecer às diferenças que serão relativas ao o meio analisado.

A passagem da prática para a escrita é um processo complexo, é um lugar social na escrita científica que envolve prática e técnica, pois na escrita se exige um texto estruturado que tenha relação com o corpo social e o saber. Ela será revestida de símbolos para colocar o leitor em um lugar desejado ou identificado dependendo das peculiaridades individuais ou coletivas. A cronologia tem o papel a serviço do tempo, pois cria possibilidade de recorte em períodos do tempo a ser trabalhado na pesquisa historiográfica, invertendo a orientação temporal, ou seja, o começo da pesquisa seria o fim, pois ele chegou à conclusão do que se quer trabalhar, e porque, que são questionamentos do presente para o passado. Organizando o discurso para revelá-lo ao leitor.

Com base no exposto, pretendemos interrogar e problematizar a memória como uma construção seletiva do passado, ao qual grupos Afro-descendentes elaboram e reelabora sua inserção na comunidade local. É partir desse pressuposto, que esse trabalho vai proporcionar um novo olhar para o conhecimento de uma realidade pouco explorada do ponto de vista do resgate da memória, e sua relevância patrimonial histórica cultural, que com o crescimento econômico e urbano das cidades assume para nós a fluidez própria das distintas trajetórias e expectativas que se desenvolvem em ritmo dinâmico, característica da modernidade e do mundo globalizado que vivemos, transformam os espaços para atender uma demanda específica do mercado imobiliário e empresarial no presente.

A partir desse contexto, a pesquisa foi pensada para atender uma realidade atual dos grupos, dar voz e luz aos irmãos de cor e fé de Pombal – PB, aprofundar o debate na concepção de identidade e cultura dos processos que conduziram a escolha e permanência de uma memória que é lembrada pela formação e sobrevivência da Irmandade de negros do Rosário, e da própria festa do Rosário.

A inspiração para a realização deste trabalho parte da necessidade de pensar o lugar da memória como patrimônio cultural, e teve como percurso metodológico a pesquisa documental e bibliográfica, análise das entrevistas concedidas pelos representantes da Irmandade, Congos, Pontões e Reisado. No que diz respeito aos instrumentos, coleta, organização e análise de dados, as atividades que compõem toda a fase exploratória (questões operacionais e teórico-metodológicas) e o trabalho de pesquisa deste estudo, estão desenvolvidas em duas etapas, seguindo o seguinte percurso:

Na primeira etapa da pesquisa, foi feito o levantamento documental e bibliográfico a respeito do tema, enfatizando os estudos nos trabalhos já desenvolvidos por pesquisadores, priorizando os que se referem à discussão de identidade e cultura como substrato da memória.

A elaboração e execução do questionário fizeram parte da segunda etapa, pois exigiu conhecimento teórico para compreender os espaços relacionais da Irmandade do Rosário, Congos, Pontões e Reisado. Assim como a sistematização dos conceitos em defesa dos grupos como patrimônio imaterial da cidade de Pombal-PB, e discussão a cerca da inviabilidade dos órgãos públicos com a cultura e a desvalorização da própria sociedade que os compõe.

É importante a viabilização do reconhecimento da cultura pombalense na figura representada pelos grupos folclóricos, sendo que através de ações de apoio e fortalecimento da sua existência ocorra uma divulgação para a comunidade local e regional. Muitos indivíduos que habitam a cidade de Pombal não sabem do valor memorialístico da existência, dos grupos, da festa do Rosário e da própria igreja enquanto monumento do que se quer preservar, refletindo desvalorização e descaso por parte da cultura pós-moderna que ensina a valorizar o que é novo e esquecer da composição das influencias passadas desse novo.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, no capítulo I- Formação Histórica de Pombal- PB, para tanto trazemos algumas considerações sobre a abordagem necessária ao estudo da cidade, concepções que introduzem a temática, através do diálogo entre os autores: Verneck Abrantes, Wilson Seixas, e Antônio José de Sousa, os quais em seus estudos colocaram a comunidade pombalense como tema principal de abordagem. Em seguida, apresentamos os princípios básicos da pesquisa sobre África e africanos com intuito de compreender o contexto de formação da Irmandade e da fé que os guiou a resistir e se destacar em uma comunidade branca europeizada.

No capítulo II- Pela Fé a Nossa Senhora do Rosário, resgatamos o processo de Institucionalização das Irmandades negras que cultuam Nossa Senhora do Rosário, através da observação participante, pois se trata de uma pesquisa em que os grupos étnicos assumem a cena, como protagonistas recriando ambientes adaptados a sua realidade. Desta forma, elegemos a cultura de matriz africana como ponto de análise das identidades construídas nos espaços das Irmandades do Rosário no alto sertão paraibano.

Nessa perspectiva, o capítulo III- Patrimônio e Memória: uma construção da cidadania, consiste em trabalhar os grupos na perspectiva de regate da memória, os resignificando como patrimônios imateriais da comunidade. A problemática que norteia esse capítulo pauta-se em avaliar como os grupos se reconhecem e se identificam no processo dinâmico da modernidade, que táticas são utilizada para o resguarda da memória, nesse ideário há uma consciência por parte da comunidade que valorize esses bens culturais, quais são as ações da comunidade local com relação à preservação e difusão dos patrimônios imateriais.



CAPÍTULO I

Formação Histórica de Pombal- PB

Nas concepções de identificação dos sujeitos enquanto membros de uma coletividade consideram-se todos os aspectos sociais e culturais que marcaram sua formação e serviram como pressupostos ideológicos para construção de sua identidade. Desta forma, para entender todo esse processo que forjou identidades no alto sertão paraibano, temos que realizar uma análise a respeito da formação histórica de Pombal- PB, abordagem que terá como base os estudos de Verneck Abrantes e Wilson Seixas, filhos ilustres dessa cidade, que sempre com grande preocupação e alma de historiadores natos escreveram e publicaram vários trabalhos com a temática.

As pesquisas que vem sendo realizadas confirmam Pombal como uma das cidades brasileiras mais antiga do Estado da Paraíba¹, e apontam como fator decisivo para sua colonização o Rio Piancó. Precisamente no final do séc. XVI e início do século XVII, por volta de 1696, o bandeirante Teodósio De Oliveira Lêdo², depois de muitos combates com os nativos Tapuias, Cariris, Pegas e Panatis, que defenderam seu território ferozmente, os nativos foram derrotados. Hoje nesse território localiza-se as regiões de Pombal, Lagoa, Paulista, Malta, Condado, Desterro de Malta. Após a derrota dos indígenas, foram postos os primeiros marcos de dominação na região em dezembro de 1696, à margem direita do rio Piancó foi fundado o Arraial (aldeia) de Piranhas. O então Capitão- Mor consegue um “bom sucesso” frente aos indígenas dominados, e funda em 27 de julho de 1698 a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Nesse sentido, Sousa, 1971, faz o relato de como foi organizada a expedição para dominação efetiva:

Quer partindo Teodósio de Oliveira Lêdo, diretamente das margens do rio São Francisco, no estado da Bahia, quer organizando-se em uma bandeira, sob os

¹A ordem da metrópole-atraves das duas cartas régias de 9 e novembro de 1596 e 15 de março de 1597, dirigidas ao governador geral e ao capitão-mor da Paraíba-era para que se estendesse a obra da colonização por todo o sertão, obra que somente se veio a realizar logo depois da expulsão definitiva dos holandeses. Desta mesma época, portanto, a nossa colonização sertaneja. E Pombal foi o primeiro agrupamento humano que se formou no Alto Sertão da Paraíba, centro de irradiação territorial. (SEIXAS,1962,p.130)

²Tal era a situação nossa em relação ao problema etnográfico e mesmo antropológico, até o ano de 1696, quando se efetuaram, oficialmente, as primeiras expedições em busca do sertão paraibano, sob a direção de Teodósio de Oliveira Ledo. Descendo a Borborema, Teodósio chega até Pombal e, no rio, “ Quinturá”-nome com que os brasileiros apelidaram o rio Piancó, “que corre de sul para norte e vai fazer barra nas Piranhas”- faz o seu primeiro povoamento de colonização sertaneja. (...) Assim, o significado de “Quinturá”seria uma prova da inimizade existente entre aquelas duas tribos, sabendo-se mais que os índios panatis só deixaram a civilização penetrar ali em princípios do século XVIII, quando o missionário de Santo Antônio e Manuel de Araújo conseguiram um tratado de paz com eles. Ao penetrar no Piancó e Piranhas, Teodósio encontrou ocupado por aquelas duas tribos, ramos da família cariri, o terreno em que hoje está funda a cidade de Pombal.Os índios panatis ocupavam inteiramente o que é modernamente o município de Pombal, ao passo que os pegas se derramavam no Baixo Piranhas e por todo o Pinharas e Sabugi. Em Piancó, viviam os Coremas. (SEIXAS,1962,p.125-126)

auspícios ao governo paraibano, para “levar mais longe os marcos históricos da capitania”, vindo do pilar e, navegando o rio Paraíba até chegar ao boqueirão de Cabaceiras, onde se encontrava seu tio, irmão, sobrinho ou filho – Antônio de Oliveira Lêdo, e daí até atingir Taperoá, chegou, finalmente, ao local onde foram fincados aos marcos da fundação do aludido Arraial: a margem direita do rio Piancó, cerca de seis quilômetros de sua confluência com o Rio Piranhas(...) Mas essa fundação teria sido meramente simbólica, uma vez que Teodosio “a encontrara despovoada pelos índios Cariris, que, revoltados, se acharam contra Domingos Jorge Velho”, que certamente, por ali já havia transitado. (SOUSA,1971,p.16)

Nesse contexto, segundo o autor, a fundação oficial data de janeiro de 1701 em virtude da carta régia, a qual se dava início com a construção de uma pequena capela de taipa e palha, sendo esta a estratégia criada como tentativa de conversão dos indígenas da região e marco de povoamento.

O povoamento do sertão continuava, ocupando a vanguarda dos colonos os numerosos parentes de Teodósio, guiados por êste. Os selvagens recuavam para os recôncavos da serrania, numa resistência tenaz, desesperada e inútil. Caçados, na expressão própria do termo, em maioria, como feras acossadas, preferiam a brutalidade do extermínio à clemência humilhante da submissão. (SOUSA,1971,p.29)

Muito embora, as lutas por dominação continuassem, em 1711 o Rei autoriza o Governador João da Maia Gama a criação do Julgado do Piancó (Pombal), o primeiro marco de organização judiciária no sertão da Paraíba para o “assuego e bem-estar”, foi nomeado Juiz Ordinário o coronel Manoel Araújo de Carvalho, além de Escrivão e Tabelião.

Desta forma:

Não se sabe realmente a data que foi instalado o julgado do Piancó. Tudo indica, porém, que seu trabalho tivera início no ano de 1711, pois a partir dessa época que Manuel de Araújo de Carvalho assumiu o cargo de juiz ordinário, nomeado por ato do govenador João da Maia da Gama. (SEIXAS,1962,p.174)

Assim, com a criação do Julgado, muitas providncias foram advindas mediante à necessidade de promover o benefício à população, entre elas se encontravam: o recolhimento dos vadíos, colocando-os em condições de trabalho, os delinquentes eram castigados como forma de represália e estabelecimento da ordem, entre outros. Sobre esses fatos o cartório do 1º Ofício da Comarca de Pombal, guarda nos seus arquivos diversas escrituras públicas referentes à compra e venda de terras entre outras, situadas no território de Campina Grande e Cariri-Velho.

Desta forma, em 04 de maio de 1772, foi a povoação elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Nova de Pombal, na mesma data ocorreu a criação da Câmara de Vereadores e sua emancipação política. Já em 21 de julho de 1862, a vila foi elevada a categoria de cidade, com a denominação de cidade de Pombal. Nesse período haveria provavelmente com edificações entre casas residenciais, uma igreja, uma casa do mercado, um cemitério, a casa da câmara e a cadeia pública. Sendo, portanto, a cidade de Pombal referência para o sertão da Paraíba e para algumas cidades e Estados vizinhos como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Assim, podemos dizer que as edificações construídas nesse período tinham uma razão de existir, como é o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário cuja história acompanha a história de Pombal, estando interligadas pelos laços do tempo e dos fatos, não subestimando o valor dos mesmos, pois todos são importantes na sua diferença que os torna individuais, se avaliados em uma coletividade de fatos.

Segundo Glenison (1986), quando se refere aos estudos de Seignobos (1953), referentes ao olhar do historiador que:

O historiador, segundo seu ponto de vista, estuda, ao mesmo tempo, fatos materiais conhecidos pelos sentidos (condições materiais; atos dos homens) e fatos de natureza psíquica (sentimentos, ideias, impulsos), acessíveis somente à consciência. Incluiremos, assim, sob o vocabulário dos “fatos históricos”, fenômenos tão diferentes entre si quanto os puros acontecimentos, ou os fatos da escrita, da língua, doutrinas, usos e de um grau de generalidade tão incomensurável quanto os costumes e as crenças ou os movimentos e as palavras. Nessa tentativa de definição desembocam, portanto, em surpreendentes incertezas (...) um fato pertence já ao passado e não poderia ser visto de outra forma pelo observador contemporâneo. (GLENISON, 1986.p.126)

Sendo assim, os fatos se tornam indiscutivelmente importantes para avaliação humana, quando eles produzem consequências suficientes que levam ao desejo de interpretá-los, estudá-los, problematizá-los. Nesse contexto, compreendemos que o fato histórico tanto é um fenômeno de opinião, como também um fenômeno material.

1.2 - A mãe África e seus filhos escravizados

Insere-se o monumento da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso erguida em 1701 na mesma localidade onde nos primórdios do povoamento de Pombal - PB, segundo a escritura de doação de patrimônio da Igreja existia uma pequena capela, simples de taipa e madeira onde se celebrava os rituais da religião católica.

No principio era a capelinha tosca, de taipa e madeira, onde um franciscano da ordem de Santo Antônio realizava os ofícios religiosos e catequizava os brasilíndios; franciscano cujo nome ainda não se pode apurar, mas que bendizemos porquanto, graças a seu auxílio, puderam os colonos construir os primeiros núcleos habitacionais nos sertões da Paraíba. (SEIXAS,2004,p.199)

Os desbravadores do sertão se utilizaram das missões catequistas para promover o povoamento e a dominação e controle da região, pois a Igreja Católica não aceitava a escravidão dos índios, personificados como inocentes pelos clérigos por não conhecerem a lei de Deus, baseando-se no conceito do *bom selvagem*³, que viviam em um paraíso terreno aos quais não teriam até então contato com a civilização e desta forma, por serem puros eram merecedores da educação religiosa e da salvação.

No entanto, as colocações da religião católica não foram suficientes, as tribos indígenas quando derrotadas, em sua maioria eram dizimadas e os que ficavam serviam muitas vezes de escravos ou eram objetos exóticos. Sendo que quando havia missão civilizadora na região de dominação, os indígenas eram levados aos missionários.

No que se refere à ação missionária Seixa (2004) diz que:

Na História do Brasil, em todos os tempos e em todos os lugares, a ação civilizadora dos missionários da companhia de Jesus, ao quais, além do trabalho da catequese, defenderam o próprio índio contra os colonos que os queriam escravizar, fundaram escolas e colégios e foram quase únicos professores em todo período colonial. Seus trabalhos foram imensos em favor do desenvolvimento social e cultural do nosso povo. Foi realmente um religioso franciscano que, no século XVIII, pacificou os índios da região, o que permitiu as capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo fundar o “Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó”, atualmente cidade de Pombal. (SEIXA,2004, p.210)

Com relação aos negros segundo ALVES (2006), o tratamento dispensado pelos missionários difere dos índios:

(...) o caso dos negros era diferente, foram tratados como sendo um povo castigado por Deus, dessa forma, podiam ser escravizados, sem restrições. A Igreja era vista pelos negros como uma “propriedade dos brancos”, realidade dolorosa para os escravos pelo fato da Igreja ser usada para justificar a escravidão de um povo essencialmente pagão. Os próprios negros livres não se sentiam integrados no

³Sobre esta “proteção” aos indígenas, pela Igreja Católica, no Brasil, existe um ponto discutível: a questão dos aldeamentos. Coordenados por religiosos, os aldeamentos confinavam os índios, que passavam a ser comandados por estes religiosos, também no desenvolvimento de atividades econômicas, como plantações e coleta de produtos naturais.

âmbito da Igreja, pois ficavam sempre marcados como descendentes de um “povo infiel”, o que lhes impedia o acesso ao sacerdócio e à vida religiosa. De forma ambígua, foi, também, através da Igreja que os homens negros encontraram espaços para se inserirem nesta sociedade. As irmandades tornaram-se o meio para o homem negro conseguir uma promoção religiosa e social. (ALVES,2006.p.13)

Nessa perspectiva, para compreendermos o processo de escravização dos africanos elencamos algumas premissas necessárias à formação do processo de escravidão na própria África, a fragmentação do poder político na região é uma das colocações mais abordadas, pois é a partir desse contexto que a Europa se apropria para estabelecer o comércio de escravos. Já existia escravidão⁴ na África se davam através de prisioneiros de guerra entre estados e reinos rivais, não havia a concepção de comércio com venda e compra dos nativos, ficando claro que a escravidão se encontrava enraizada em estruturas legais e institucionais cravada nas sociedades africanas. Segundo Mary Del Piore (2004), o sistema de escravidão na África feito pelos próprios africanos era a escravidão doméstica ou de parentesco, no entanto, com a chegada dos Europeus é que passam a reelaborar os conceitos e constituir um comércio de indivíduos:

Tal definição implica em reconhecer que o trabalho cativo, nessas paragens, somente após a chegada de colonos europeus se tornou comercial, pelo estabelecimento-conforme inicialmente ocorreu na ilha de São Tomé- de fazendas monocultoras, voltadas para exploração. (...) O tráfico internacional de escravos se apropriará dessa tradição e transformará a África em fornecedora de braços para lavouras e minas localizadas no outro lado do oceano. (PRIORE, VENÂNCIO,2004.p.36)

Dessa forma, os conceitos de África e escravização se aprimoram para compor as peculiaridades de um sistema, que só foi possível pela cumplicidade das sociedades africanas. Entretanto o destino dos africanos que eram apreendidos por guerra de tribos, por endividamento, crimes, filhos renegados, mulheres que corrompiam as regras da sociedade, sendo acusadas de adultério ou bruxaria, eram integrados a um grupo familiar senhorial em condições de subordinados. Com isso, a escravidão na África Atlântica pré-colonial propiciou aos comerciantes de escravos a resignificação das práticas escravistas, logo os indivíduos

⁴ O conceito de “escravidão” pode ser assim definido: Dado fundamental do sistema escravista, a dessocialização, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a despersonalização, na qual o cativo é convertido em mercadoria na seqüência da retificação, da coisificação, levada a efeito na sociedade escravista. (PRIORE,2004p.144)

prisioneiros iriam abastecer os navios negreiros⁵ sendo transportados para outras regiões, dando legitimidade ao trabalho forçado e escravo em dimensões até então inéditas.

No entanto, a África provia de mão de obra de outras regiões, perdendo a mão de obra para seu desenvolvimento, sendo que os escravos eram uma fonte de trabalho e sua remoção em demanda significou uma grande perda, um impacto demográfico. Mary Del Piore (2004, p.19) ressalta que, “*a quebra dos valores tradicionais da escravidão gerou resistências. O tráfico jamais foi aceito pela massa dos cativos*”, sendo que quando encontravam uma oportunidade de escapar dos comerciantes ou dos senhores aproveitavam o ensejo, e com o tempo foram formando zonas de libertos ou escravos fugidos.

1.3- O bom filho à casa retorna: processos de resistência e sobrevivência negra

A fuga como resistência negra é, portanto, um tema complexo, pois ela contempla uma série de características advindas das próprias necessidades que os africanos tinham de escapar para conseguir, mesmo que fugindo, sobreviver e gracejar de sua “liberdade”. Era-lhes atribuída uma série de medidas de intolerância às suas raízes culturais, sendo que o culto aos seus ancestrais tornava-se cada vez mais combatido, pois isso alimentava o sonho de volta para sua terra, revelada também nas músicas que contavam a história de suas origens.

Nessa perspectiva, os cativos negavam a religião do dominador, sendo que, as suas crenças eram incompatíveis. Assim, estereótipos de infiéis e hereges foram formulados para justificar perseguições religiosas, no entanto, os que não se enquadrassem só nessa categoria, eram acrescidos de bruxaria⁶ negra.

O clichê da feitiçaria permitia, assim, que crenças religiosas de guerreiros angolanos, índios tupinambás e camponeses chineses fossem interpretadas e combatidas da mesma forma. Paradoxalmente, esse mesmo poder opressor propiciava aos escravos uma nova forma de resistência. (...) a igreja não considerava a tradição religiosa negra como credices ou superstições de povos primitivos. Ao contrario disso, os inquisidores consideravam os adeptos dessas práticas capazes de selar um pacto com o demônio, e, por isso mesmo, capaz também de promover toda a sorte de sofrimentos, doenças e mortes a quem quisessem. (PRIORE,2004.p.90)

⁵Em geral, os barcos pertencentes às companhias de comércio européias ancoravam nas fortalezas pertencentes às feitorias fortificadas de suas nações, tinham as mais variadas modalidades, entre elas, transportavam mercadorias humanas e materiais. Os escravos transportados eram oriundos de diferentes regiões e etnias africanas, geralmente tratados com extrema violência, amontoados em ambientes insalubres, propícios à proliferação de doenças.

⁶Um século antes da organização do tráfico internacional de escravos, a Igreja vinha perseguindo, sob a acusação de feitiçaria, europeus que mantinham crenças e práticas religiosas herdadas da Antiguidade e período Medieval.

Mediante essas concepções, resistir ao catolicismo seria assegurar as suas gerações a liberdade do espírito, o corpo estava acorrentado e flagelado, mas a alma e os pensamentos estavam na mãe África, assim escolhiam a memória que queriam perpetuar. Entretanto, os afrodescendentes viram na religião católica uma forma de conviver com sua nova realidade. A Igreja por sua vez, passou a acolher o surgimento dos novos devotos, assim mediante alguns acontecimentos, os bons cristãos compartilhavam de uma espécie de proteção clerical.

Com isso a igreja continuou sendo vista pelos negros como propriedade dos brancos, e desta forma, não se sentiam integrados como fiéis, pois eram distinguidos como descendentes do povo infiel, sendo impedidas às práticas do sacerdócio e da vida religiosa. No entanto, encontraram nessa nova religião, instituída pelos brancos e por eles mesmos, um espaço de inserção na comunidade branca. Através das Irmandades⁷, o homem negro consegue uma promoção religiosa e social. Esse período do final do século XIX, também foi marcado por inúmeras agitações sociais que culminaram a efetivação da abolição em 1888.

Contudo, durante um longo período da história do Brasil que se refere à pós-libertação dos escravos, os negros ficaram à margem pelos historiados, o fato é que muitos dos estudos coloniais os tratam como escravo e pronto, as suas experiências e vivências específicas ficaram restritas ao período de cativo. Sendo libertos, os ex-escravos e seus descendentes desaparecem de alguns registros historiográficos, e só vão reaparecer em estudos sociológicos.

No Brasil, desde a década de 30, discute-se o papel das Irmandades como instituições adotadas pelos portugueses para acelerar o processo de aculturação e escravização dos negros. Estas instituições seriam o meio pelo qual os negros receberiam a educação e a religião católica, convertendo-se e aceitando a sua condição de escravo como parte integrante dos projetos divinos. Ou seja, Deus quis que fosse dessa forma e deve recompensá-lo por isso em um futuro distante, o que queria dizer, após a morte.(ALVES,2006.p.12-13)

Desta forma, os homens negros procuravam um lugar para se adaptar dentro desta sociedade que era inevitavelmente escravista, considerando a necessidade de se reidentificar

⁷A princípio, pensávamos que eram instituições apenas religiosas, mas, logo descobrimos seu caráter misto, embutido em sua formação, pois as irmandades eram vinculadas à Igreja e ao Estado. Para o seu funcionamento, as confrarias precisavam da aprovação dessa instituição, fossem estas de brancos, pardos ou negros, devido ao regime de padroado instalado no Brasil desde a colônia e mantido durante o império. As irmandades tinham como uma de suas principais características a devoção a um santo padroeiro e a conservação de capelas ou igrejas, além de garantir um velório e um sepultamento digno para seus irmãos. Mas, no caso das irmandades negras surge um conflito ético para a Igreja, discutido por alguns autores que analisam a relação da religião Católica com a escravidão. Segundo Hoornaert (1992), a Igreja baseava sua justificativa para a escravidão em duas idéias centrais: primeiro era a escravidão uma lei, por isso não deveria ser descumprida, para que se pudesse manter uma “ordem legal”; em segundo lugar, afirmavam ser o “direito de propriedade” um dos direitos inalienáveis, e, por isso, deveria ser respeitado.(ALVES,2006.p.55)

no espaço no qual foi inserido e se estruturar na conquista desse lugar, buscando através de alternativas de adaptação a possibilidade de interagirem socialmente, pois a liberdade concedida pelo meio das cartas de alforria no fim do séc.XVIII e início do XIX não lhes garantiam este direito, os libertos, e ou, nascidos livres passaram a se reorganizar coletivamente para se reestruturar no âmbito social, identificando-se pela cor e pela fé.

Esses processos libertatórios influenciaram a formação de irmandade em muitas regiões. Pombal - PB foi uma das regiões marcada pela difusão dessas irmandades. A história de Pombal está diretamente ligada à formação da Irmandade do Rosário, os irmãos desse grupo trabalharam em prol da valorização social e integraram o desenvolvimento econômico, político e social da cidade.

Nessa perspectiva, o presente trabalho destaca a problemática de colocá-los como integrante do patrimônio cultural imaterial desta cidade, valendo-se da pesquisa histórica que se localiza na relação sócio cultural de quem a realiza, sendo um constante movimento das instituições, dos pesquisadores, dos filósofos historiadores, que mesmo divergindo em alguns pontos posteriormente se relacionam para formar atores sociais, pois a prática histórica é relativa ao estado estrutural da sociedade, sendo suas mazelas e peculiaridades refletidas na pesquisa. É a partir desse pressuposto, que esse trabalho vai proporcionar um novo olhar para o conhecimento de uma realidade pouco explorada do ponto de vista do resgate da memória, e sua relevância histórica cultural para comunidade.

CAPÍTULO II

Pela Fé a Nossa Senhora do Rosário

O MEU SONHO COM A SANTA

O vento trouxe em sua asas
Uma voz que veio me chamar
Entrou com ela em minha casa
Não demorou a me avisar
Que vira naquela hora
Numa nuvem, Nossa Senhora,
Que estava a me esperar.

Era a voz anônima
Que gritava, venha ligeiro!
Atendi-lhe com estima
Sai de casa para o terreiro
Tão logo olhei para o céu.
Vi a Imagem sem véu
Já no momento derradeiro.

Aquela linda Imagem
Vi no céu iluminado
Que saíra duma nuvem
Deixando-me animado.
Chamei os meninos e a mulher
Que atenderam-me com fé
Naquele momento convidado.

Na mesma nuvem, ela voltou
Descendo lentamente
Nenhuma palavra ela falou
Saiu da visão da gente
E depois do meu belo sonho
Ficando nos versos que componho
Com o coração sorridente.
Edmilson Neri (Irmandade do Rosário)

Com a Institucionalização das Irmandades negras que cultuam a Nossa Senhora do Rosário em Lisboa de fins do século XV, esta prática se espalha por cidades portuguesas e posteriormente nos séculos XVI e XVII surgem confrarias na Espanha. Graças à atuação dessas instituições, leis são criadas para proteger os libertos da re-escravização. Contudo, o Estado dependia do apoio dos Irmãos do Rosário para que o próprio sistema de escravidão fosse resistindo, mesmo que à custa de muitos acordos entre senhores donos de escravos e componentes das irmandades. Com isso, os próprios negros de bom comportamento, fiéis assíduos da religião, seriam mais ouvidos nas denúncias de maus tratos, mesmo que fosse pelos senhores de terras.

Com essa relação de troca, a comunidade Católica Europeia passa a influenciar nos atos e costumes dos africanos através da regulamentação das Irmandades, assim, os mesmos iriam se adaptar por questão de sobrevivência expondo-se a metamorfose das crenças e tradições. Não se trata de que os negros africanos perderam totalmente suas especificidades, mas simplesmente alteraram condições que permitiram a conservação e transformação da memória coletiva negra.

O século XIX surge com profundas mudanças para a sociedade brasileira, contradições geradas pelo regime escravocrata que polarizam as forças sociais e políticas em questão, dando margem a confrontos entre grupos e classes sociais existentes. Ortiz (1991, p.22-23) destaca que:

As contradições entre a sociedade escravocrata e a organização política da nação brasileira manifestam-se nitidamente através do pensamento de José Bonifácio de Andrade e Silva: “É tempo de irmos acabando gradualmente até os últimos vestígios de escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”.

Nessa perspectiva, nosso objetivo é discutir e avaliar as manifestações artísticas culturais da Irmandade do Rosário de Pombal-PB e posteriormente dos grupos que a compõem. A partir desse pressuposto, nosso tema geral nesse capítulo está centrado nas Irmandades de negros devotados à imagem de santos católicos, como a Nossa Senhora do Rosário, que cria o imaginário da resistência no que tange á religião como forma de

sobrevivência através do sincretismo, que mantiveram durante longos períodos escravistas e no pós-libertação, com os seus Deuses camuflados por trás de Santos do catolicismo.

Durkheim,(2000,p.04), quando discute formação religiosa diz que:

(...) Os homens foram obrigados a criar para si uma noção de religião, bem antes que a ciência das religiões pudesse instituir suas comparações metódicas. As necessidades das existências nos obrigam a todos, crentes e incrédulos, a representar de alguma maneira as coisas no meio das quais vivemos, sobre as quais a todo o momento emitimos juízo e que precisamos levar em conta em nossa conduta.

Nesse contexto, os homens negros procuravam um lugar para se adaptar dentro desta sociedade que era inevitavelmente escravista, sendo assim, em vista da necessidade de reidentificar-se no espaço no qual foi inserido e se estruturar na conquista desse lugar, buscaram através de alternativas de adaptação a possibilidade de interagirem socialmente, pois a liberdade concedida pelo meio das cartas de alforria no fim do séc.XVIII e início do XIX não lhes garantiam este direito. Os libertos, e ou, nascidos livres passaram a se reorganizar coletivamente para se reestruturar no âmbito social, assim identificam-se pela cor e pela fé.

2.2 A luta continua: A construção da identidade dos sujeitos

A identidade tem sido um dos assuntos mais discutidos da contemporaneidade principalmente porque as velhas identidades, forjadas sob as concepções de raça, gênero, classe, etnia e nacionalidades estão em uma evidente crise, as quais ao se relacionarem recriam novas possibilidades de identidades que surgem da desfragmentação do sujeito. Diante disto, novos grupos culturais se tornam visíveis na cena social, buscando afirmar suas identidades, ao mesmo tempo em que questionam a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas.

A partir desse pressuposto, para falar de identidade devemos refletir sobre o ponto de vista dos Estudos Culturais, que segundo o autor Stuart Hall,2000, quando rearticula a questão da identidade envolvem os sujeitos e as práticas discursivas, ao problematizar a formação da identidade e da subjetividade, argumenta, , que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável,

está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Desta forma, Hall (2000, p.108):

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. [...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

De acordo com Stuart Hall, antes o sujeito era visto como unificado, quadro que se modificou na cultura moderna, em que o sujeito encontra-se fragmentado, tendo sua identidade desfragmentada, rompendo com a unicidade do sujeito. Essa cisão fez essa fragmentação incontornável, fez com que velhas identidades que, durante muito tempo, estabilizaram um mundo social entrassem em declínio. Nesse sentido, aquele sujeito como possuidor de uma identidade unificada e estável, está se tornando, cada vez mais, cindido. Na cultura pós-moderna, a identidade tornou-se, portanto, uma “celebração móvel”.

Ao fazer essa citação discute-se que a concepção de sujeito está sendo reelaborada na perspectiva de pensá-lo em uma nova posição, ou melhor, em novas posições que o aborde colocando-o rearticulado nas relações a que o insere e é inserido através de características que lhe é comum a um grupo com quem compartilha experiências, nesse contexto, podemos refletir sobre os processos de identificação estabelecidos pelos negros quando buscam se fortalecer em grupo, dando lugar, vida e cor aos espaços de resistências das “maneiras de fazer” que segundo Certeau (1980), os indivíduos em sua coletividade, ou seja, o social na perspectiva da individualidade, do lugar e da pluralidade envolve o indivíduo a partir das tradições, linguagem, símbolos, arte e artigos de troca que compõem uma cultura.

Nesse sentido, problematizar a essência da identidade nas discussões de teoria social, e referir-se à identificação como um conceito preferível no campo da semântica e o psicanalítico são de fundamental importância destacar o pensamento de Hall (2000,p.106) quando se refere à formação do sujeito:

(...)“a abordagem reconstrutiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. (...) A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade”.

A identificação, como uma construção, como um processo nunca terminado, sempre “em processo”. A identidade do sujeito como resultado do meio, segundo o autor, se reelabora continuamente. A identificação é, portanto, um processo de articulação. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco”, mas nunca um ajuste total. Mas o conceito principal é o de identidade, que não é, em Stuart Hall, uma noção essencialista, mas um conceito estratégico e posicional, ou seja, as identidades não são jamais unas.

A partir dessa breve discussão depara-se com o reconhecimento e afirmações da identidade cultural dos indivíduos que os transcendem, sendo notória a formação da identidade⁸ afro-brasileira no sertão da Paraíba, onde os sujeitos saem do anonimato para se reconhecer em uma dimensão ampla de signos e representações, passam a conhecer sua própria história sendo transformados em atores sociais transmissores da herança cultural, na qual o indivíduo carrega em si a lembrança de seu passado distante ou até mesmo recente, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições.

Nas palavras de Wanderley (2007.p-13):

“os membros de um grupo não são vistos como definitivamente determinados por sua vinculação etno-cultural, pois eles são próprios atores que atribuem uma significação a esta vinculação em função da situação relacional que eles se encontram”

E neste contexto de relações que gradativamente construímos a memória, como conjunto complexo que participa do conhecimento, crença, arte, moral, o direito, os costumes entre outras capacidades adquiridas pelo homem enquanto sujeito do seu tempo na sociedade. Sendo este homem agente social transformador como o caso das Irmandades de Pombal-PB que veem em seu cotidiano a afirmação e construção de valores, sentimentos, lutando pelos seus desejos individuais e coletivos, partindo da ideia de uma memória elaborada no cotidiano, segundo Lê Goff (1996, p.476) “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

Esta memória social tem assim, uma importante função de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo, que compartilha suas memórias, neste caso, as irmandades de negros possibilitavam a convivência entre brancos e negros, as duas parcelas

⁸ Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas culturais que são socializadas. Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra e a uma outra cultura.

da sociedade faziam parte de um mesmo conjunto social, ou seja, os diversos grupos de irmandades, respeitado por toda a comunidade.

Obviamente as irmandades de negros não tinham o mesmo prestígio as dos brancos, porém possuía seu lugar reservado na sociedade. Sendo suas lembranças alimentadas das diversas memórias oferecidas pelo grupo, e dificilmente essas lembranças se constituem fora deste quadro de referências. Esta memória social e processo de identificação⁹ têm assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo, que compartilha memórias.

2.3 Irmandades Negras em Pombal - PB

As irmandades são instituições religiosas que, para poderem funcionar precisavam da autorização do Estado e da Igreja. Seus integrantes apresentavam na Assembleia Legislativa Provincial um documento, denominado de Ordem de Compromisso, onde descreviam o estatuto e as intenções de sua confraria. Entretanto, discute-se que esses documentos tinham aspectos peculiares que variavam de acordo com a Irmandade de cada localidade, ressaltando que esses evidentemente tinham a intenção de aprovação do Estado.



(Acervo Verneck Abrantes, Festa do Rosário 1978, Parte da Irmandade do Rosário).

⁹ Nessa relação à memória vai emergir como elemento constituinte da identidade. Pois, como poderemos compreender as construções das identidades sem fazer-mos uma leitura da sua história. É através da memória que as civilizações “sem escrita” conhecem suas histórias. Assim, a memória também mostra facções que o documento escrito não revela. A memória aqui, entendemos como um arquivo das experiências vividas pelo homem, criadas e recriadas no seu cotidiano. (WANDERLY, 2007, P.15)

MOMINE CHISTE INVOCATA

Compromisso da Irmandade do Rosário

Da Irmandade e seus fins:

Art.1º Fica instituído a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário com sua oração na igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, até que sob os auspícios da mesma irmandade, se construa uma capela com aquela invocação.

Art.2º A irmandade se comporá de todas as pessoas pardas de reconhecida conduta civil e moral, não sendo estabelecido em uma destruição de sexos e sangue que não forem concubinários nem dado ao vicio do jogo e da embriaguês, e que se propuserem tributar um culto especial de hiperdulia e veneração a ínclita Senhora do Rosário.

Trecho extraído da ata de fundação oficial da Irmandade do Rosário, que data de 24 de agosto de 1913,

Aos dezoito de julho de mil oitocentos e noventa e cinco, me foi dado este compromisso com despacho superior do que fiz este, termo. Eu padre Estevão José Dantas, escrivão da Comarca Eclesiastica escrevi.

Nessa perspectiva, há dúvidas enquanto a oficialidade das datas de fundação e história real da necessidade de institucionalização em Pombal de uma Irmandade negra¹⁰. Assim, em estudos de SEIXAS (1961, p. 232). e a AYALA,(1996). Temos a seguinte descrição:

Se depreende o despacho conferido pelo Bispo de Olinda, D. João Fernandes Tiago Esberardi, ao preto e confrade Manoel Antonio de Maria Cachoeira, que saíra a pé de Pombal até aquela cidade com o fim de receber do prelado olindense o documento de ereção canônica para criação da referida irmandade. De acordo com aquele despacho, firmado em 18 de julho de 1895 pelo escrivão de registro da Comarca Eclesiástica de Olinda e

¹⁰A irmandade é um elemento de coesão social de tipo corporativo, regulador de comportamentos e de relações sociais entre grupos separados pela cor, pelo poder econômico e pela vida cultural. São instituições corporativas, de leigos que se dedicam ao culto de uma santa ou santo católico. Tinham como uma de suas principais funções a ajuda mútua. Sua denominação tem origem na forma de tratamento utilizada por seus integrantes, que chamam uns aos outros de irmãos. Segundo Hoonart (1977), esta instituição tem origem medieval, trata-se de uma confraria, ligada, na esfera religiosa, às antigas corporações de artes e ofícios. (...) A finalidade específica da confraria era a promoção da devoção a um santo. Era um grupo de pessoas que se reunia e se organizava em uma associação destinada a manter o culto deste santo e comprometida com o zelo, os cuidados de seu altar, sua capela, igreja ou matriz, e com a realização da festa anual. O que caracteriza a confraria é a presença leiga no culto católico. Estes se responsabilizavam e promoviam a parte devocional, sem a necessidade do estímulo de clérigos. Cada irmandade era regida por um estatuto ou compromisso individual. Este enumerava os direitos e deveres de seus membros, diferenciando-se de acordo com as características locais e as exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação. Durante o período da colônia, era de competência do rei de Portugal, como Grão - Mestre da Ordem de Cristo. Com a independência e a manutenção da ligação entre Igreja e Estado, o imperador brasileiro passou esta função para os Presidentes de Província.(ALVES,2006.p.44-45)

autorizado pelo mesmo Bispo, ficava instituída a irmandade de N. Senhora do Rosário de Pombal.

Na memória popular e de integrantes dos grupos, o senhor Manoel Cachoeira teria viajado três vezes a pé, para Olinda, sendo que só na terceira viagem e que consegue a autorização do bispo para institucionalização da Irmandade. A dificuldade encontrada por Cachoeira que o levou a Olinda, estaria em Pombal-PB a qual o vigário local discordava da criação da confraria dos negros. A história dos relatos das intenções dessas viagens, contam que havia um peculiar preconceito por parte do sacerdote com os negros devotos de Nossa Senhora do Rosário, mas com a insistência dos negrinhos e ajuda da Santa, a autorização foi concebida. O senhor Edmilson Neri (Irmandade do Rosário) em entrevista fala da fé da mãe de Manoel Cachoeira a Nossa Senhora do Rosário que durante sumiço do filho recorreu a benevolência da santa. História ou lenda, O entrevistado justifica essa fé em seu relato:

História ou Lenda, verdade ou mentira (...) sua mãe teria feito uma promessa, que se encontrasse o seu filho vivo seria então devota assídua da santa, em alguns dias o menino foi encontrado por caçadores e chegando a sua casa quando o perguntaram quem o tinha alimentado, a criança teria respondido que teria sido uma senhora, ora vestida de branca e ora vestida de azul, que colocava água com algodão na sua boca, a partir de então a fé a Nossa Senhora cresce fervorosa tanto a mãe como no menino em agradecimento. Por insistência de sua mãe, ele teria tido a ideia de formar a Irmandade do Rosário, após ter esse ideia de formar a irmandade, veio a proibição da igreja católica da unidade de Pombal, o que na verdade não era bem proibição e sim porque imagina-se que o padre da época não tinha a autorização para que a Irmandade do Rosário fosse instalada na igreja do Bom Sucesso de Pombal, então era necessário que seu idealizador no caso Manoel Cachoeira, que foi essa criança, conseguisse uma autorização no caso um documento canônico, o que foi lhe dito pelas autoridades católicas locais que a comarca eclesiástica mais próxima seria a de Olinda. Assim ele se dirigiu a Olinda varias vezes, muitas vezes ao lombo de um animal ou a pé, dormindo ao relento, provavelmente até passando fome (...) então não sabemos se foi por devoção ou se foi por pena de Manoel que o Bispo de Olinda se não me engano Dom João Esberardo concedeu o documento canônico no dia 18 de Julho de 1895, passando dessa forma a igreja católica reconheceu a Irmandade do Rosário quando ela já existia. (EDIMILSON,2012)

Analisando a fala do entrevistado e a de AYALA (1996, p.36-35), percebe-se que se estabelece uma problemática com relação às datas e veracidade histórica dos fatos. Quando o referido autor avalia de forma sistemática o trabalho de Wilson Seixas e Roberto Benjamin, afirma que haveria ocorrido um erro na leitura e “transcrição da escrita do despacho para os Estatutos e Compromissos”. O bispo a qual Manoel Cachoeira pediu a permissão “governou a

diocese de Olinda de 1892 a 1894” sendo que teria partido de Recife para assumir a diocese do Rio de Janeiro. Assim ele destaca,

O período em que poderia ter ocorrido essa autorização pode ser reduzido um pouco mais, a partir de entrevistas que realizei com os membros da Irmandade do Rosário e outros participantes da festa, especialmente o depoimento de Aurélio Gomes de Faria, nascido em 1902 e que mantém relações de parentesco e amizade com participantes daquela confraria e dos Pontões. Segundo esses relatos, a Irmandade foi criada no tempo do “padre velho”. Este epíteto se aplica ao padre Valeriano, que se tornou vigário de Pombal em setembro de 1893. Assim, podemos situar a instituição oficial da Irmandade entre esta data e o final de 1893 e agosto de 1894, com a saída de Dom Esberardi da diocese de Olinda, ou até um pouco antes- março de 1894, com a instalação da Diocese da Paraíba.

Marcos Ayala acrescenta que, provavelmente Dom Esberardi, devoto de Nossa Senhora do Rosário, “partilhava com os negrinhos do rosário de Pombal a fé na força da Santa”, tendo assim motivos para dar favorecimento e estímulo aos devotos da Santa. Nessa perspectiva, nas irmandades, os negros estabeleciam relações de convivência com a cultura branca que lhes eram passada através da religião católica a qual adotaram. Contudo, ao se reunirem constituam espaços de convivência e de trocas culturais. Entende-se, portanto, que as irmandades negras se configuravam em ambientes complexos, aos quais compunham um emaranhado de interpretações, interpenetrações culturais e representações. Segundo Alves, (2006,p.46)

As irmandades foram instituições ambíguas de opressão e reação, já que os senhores de escravos permitiam que seus homens participassem destas confrarias promovendo a religião católica, procurando desenvolver neles alguns ideais da Igreja católica como a humildade e a submissão, formando em suas mentes a idéia de que, deveriam servir nesta vida para serem recompensados após a morte. Contudo, o homem negro encontrou nas irmandades um espaço de luta e resistência, onde se reunia e procurava se integrar em uma sociedade que os excluía de todas as atividades coletivas. Foram as irmandades que abriram este espaço e possibilitaram que o negro pudesse se reorganizar, entre as paredes da Igreja.

Nesse contexto, os pretos do Rosário conquistaram seu espaço, um lugar na sociedade branca e escravocrata, contrastando com a opressão e a condição de ex-escravo ou “liberto” que lhes impunham, revelando-se como devotos assíduos de uma santa. Assim, essas Irmandades se sobrepõem quando criam sua própria organização real sem ter o aval dos brancos para obtenção dos seus títulos de nobreza, rei, juiz, escrivão, tesoureiro e cargos

comissionados, tudo sistematizado recriando e adaptando uma cultura já existente. Segundo Ayala, 1996,p.46-48:

A realeza da Festa do Rosário de Pombal, vincula-a, de pronto, a uma tradição secular, mas, pelo o que se conclui a partir das informações recolhidas, “importada” de outros locais, já que não existia naquela cidade. Ela remete ao passado colonial e escravista, mas também a uma valorização dos negros elevados à condições de reis. Trata-se de uma valorização de caráter simbólico, mas não se pode dizer que os reis fossem apenas instrumentos dos senhores para melhor controle dos escravos. (...) Eram os negros que em muitos locais, custeavam a coroação da festa, além de escolherem o rei e o prestigiarem. O que significa o “reinado” para os negros? Trata-se de costume deles, (...) são as nações africanas que estão presentes, assim, remete às origens dos negros forçados a migrar para trabalharem como escravos no Brasil. A criação de irmandades, a coroação, a dança ou o “brinquedo” dos Congos, reafirmam uma identidade negada pela escravização.

Na perspectiva do senhor João Coremas (rei da Irmandade do Rosário de Pombal-PB) em diálogo com Miguel (Rei dos Congos de Pombal), quando indagados sobre o papel no grupo destacam a seguinte afirmação:

Senhor João: Mesmo que eu não tenha um reinado como vocês conhecem aqui, eu confio em Deus e meu reinado é encantado! Você ser pobre não é ruim não, você não saber de nada é pior do que ser pobre. Me fizeram uma pergunta: como você pode ser rei se você não tem nada? Senhor Miguel: Muitas vezes as pessoas colocam as coisas pelo o que você tem, nós temos um reinado encantado que é uma riqueza, a grande riqueza é justamente essa, a questão da gente preservar, considerar essa herança que nos recebemos dos nossos ancestrais, antepassados. Justamente memória e riqueza é isso, é ter esse respeito e dar continuidade a tudo isso, as vezes os que se consideram “donos” da leitura do conhecimento sejam tão vazios por não valorizar essa nossa história, esse nosso legado, o que nos chamamos também agora de cultura. (MIGUEL,2012)

Esta memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilhar memórias, sendo que os realizadores destas práticas negam o caráter de mercadoria, imposto pelos senhores, ao se organizarem, se associarem para fins religiosos, ao elegerem um rei e, por esse meio, estabelecerem uma autoridade que, para eles, não é de “fumaça”, embora seja simbólica. Com isso, garante-se o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória

compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico representado pela recriação das divindades¹¹.

Michel de Certeau¹²,1995, aspirava compreender de que lugar uma sociedade obtém sua base, sua compreensão do cultural, político, mesmo que inventado no real por sentimentos de desprezo ou admiração, para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais, é necessário que essas práticas sociais tenham significado para os sujeitos que as realiza, neste sentido, a formação cultural requer uma atividade de doação e ou apropriação dos modos e modelos pré-estabelecidos, definindo um complexo processo de intercambio a um grupo social.



(Senhor João, Rei da Irmandade do Rosário de Pombal – PB)

¹¹“a idolatria possui a evidente vantagem de limitar os poderes e funções de suas divindades, admitir naturalmente os deuses de outras seitas e nações como partícipes da divindade e permitir associação das diversas divindades entre si, bem como dos ritos, das cerimônias e das tradições. O monoteísmo é totalmente o oposto, tanto em suas vantagens. Como esse sistema supõe que existe uma única divindade, que é a perfeição da razão e da bondade, ele deve se corretamente seguido, banir dos cultos religiosos tudo o que há de frívolo, irrazoável e desumano, e dar aos homens os mais belos exemplos, bem como propor os motivos mais imperiosos de justiça e benevolência (...) quando se admite um único objeto de devoção, a doação de outras divindades é considerada absurda e ímpia.”(HUME, 2005,p.75-76)

¹²Historiador da primeira modernidade da Europa, do século XVI ao XVIII, privilegiou o estudo do campo religioso (...) investigou com respeito e uma espantosa delicadeza os caminhos obscuros, não para julgar uns aos outros, nem para apontar o domínio da verdade e do direito legítimo, mas para apreender como o passado, como um grupo social supera o eclipse da sua crença e chega a obter benefício das condições impostas para inventar sua própria liberdade, criar para si um espaço de movimentação.



CAPÍTULO III-

Memória e Patrimônio: dimensões culturais de uma tradição

A memória como parte das dimensões culturais do patrimônio imaterial de um grupo ou comunidade reveste-se de importante significado para a preservação da cultura e história de um povo, abrangendo suas práticas, representações, expressões culturais, tradição, conhecimentos, técnicas e crenças. Através desses bens os indivíduos interagem, valorizam e preservam suas histórias e suas manifestações culturais e sociais. Desta forma, a memória compreendida como guardiã do passado, reveste-se nas últimas décadas de um novo significado a partir das construções dos grupos que interagem em sociedade e favorecem a sua institucionalização¹³.

A Constituição Federal de 1988¹⁴ destaca que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” BRASIL, 1988. E o Decreto nº3.551, de 4 de Agosto de 2000; Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Considerando que a Resolução nº03 de agosto de 2006 com vistas no Decreto, estabelece que se entenda por bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social, a Irmandade do Rosário de Pombal insere-se nos termos do decreto, que destaca::

CONSIDERANDO que, para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado;

CONSIDERANDO que a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além de contribuir para a continuidade dessas manifestações, abre novas e mais amplas possibilidades de reconhecimento; (Decreto nº3.551, de 4 de Agosto de 2000)

Com base nas disposições em prol da legalização dos rituais religiosos, partimos do pressuposto que o conceito de patrimônio está ainda em expansão, com a produção de

¹³ Segundo o dicionário Aurélio: Institucionalizar, dar caráter de instituição. Instituição é o conjunto das leis das normas que regem uma sociedade política.

¹⁴ Artigo 216 da Constituição Federal de 1988: quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor históricos, paisagísticos, artístico, arqueológico, paleológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

particularidades que significam a criação de espécies conceituais das mais variadas. As concepções de patrimônio enquanto categorias de pensamento transcendem os ideais para a vida social e mental de qualquer coletividade, assim determinados aspectos do homem em sociedade, mais precisamente, dos aspectos que estão conectados à própria consciência do homem, às suas identidades e à maneira como opera o seu consciente para o ato de inventar, criar, construir saberes para viver em sociedade, tornam-se um conjunto complexo que participa do conhecimento, da crença, arte, moral, direito, costume entre outras capacidades adquiridas pelo homem enquanto sujeito do seu tempo e espaço.

Essa preocupação já é manifestada nas propostas precursoras das bases conceituais das pesquisas de Mário de Andrade, e tomaram corpo institucional, no âmbito do IPHAN, na gestão de Rodrigo Mello Franco (1937-67), posteriormente renovada na gestão de Aloísio Magalhães (1979-82) e mais recente nas políticas de expansão conceitual e atuação, que colocam o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como instância pública apta a promover o diálogo com a sociedade em torno da preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural¹⁵ como referência identitária do povo brasileiro.

Segundo o IPHAN,2000, (apud, SILVA, 2011.p.15):

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de —raiz de uma cultura.

É necessário ter a clareza acerca do conceito de Patrimônio cultural, que é referência para compreender as dimensões folclóricas dos grupos integrantes da Irmandade do Rosário. Tal noção, hoje, está ampliada. Conforme as palavras do ex-ministro da cultura, Gilberto Gil, IPHAN (2008):

:

(...) pensar em patrimônio agora é pensar como transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o

¹⁵ PATIMÔNIO CULTURAL- É o conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos considerados de grande valor para uma sociedade ao longo da sua história. Assim, são considerados como patrimônio cultural os monumentos e bens históricos, registros arqueológicos e paleontológicos, paisagens naturais, festas tradicionais, manifestações culturais, artesanato e tantas outras expressões que se revestem de importância para a memória e identidade de um povo.(TOLENTINO, 2012)

som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial.

Diante do exposto, devemos lembrar que a memória coletiva e individual dos sujeitos, carrega lembranças, modos de falar, de criar, de viver, usar, caracterizam-se como bens imateriais que se incorporam aos comportamentos sociais de tal maneira que passam a referenciar uma identidade. Neste sentido, os sentimentos carregados de laços afetivos envolvem a comunidade pombalense que adéqua a memória da história negra, de luta, persistência de João Cachoeira, a uma festa com tradição de décadas.

Assim, refletimos até onde os brincantes¹⁶ influenciaram, ou até mesmo, moldaram o patrimônio cultural de Pombal-PB, que inseriu práticas milenares do catolicismo como o culto a uma Santa Católica e a conservação da memória africana em solo brasileiro. Os “negrinhos do Rosário”, terminologia que designa o reconhecimento dessa prática cultural negra ao fato preponderante de que são eles os responsáveis pela realização da Festa do Rosário juntamente com a Igreja.

Ayala, (1996, p.01) descreve a festa do Rosário da seguinte forma:

Anualmente, em Pombal, cidade situada no alto sertão paraibano, realiza-se a Festa do Rosário, reunindo, além dos moradores da cidade e dos arredores, também muitos pombalenses que se mudaram para outros locais. Os dias mais importantes da festa são os dois últimos – ela termina no primeiro domingo de outubro, dentro da semana em que se comemora o dia de Nossa Senhora do Rosário (07 de outubro). Embora as atividades mais importantes da festa se dêem nos dois últimos dias (o sábado e domingo), período também de maior concentração do público, a festa dura onze dias: tendo início na noite de uma quinta-feira, com a realização de missa, seguida levantamento do mastro – na verdade, a bandeira com a imagem da padroeira da festa é alcançada em um mastro anteriormente fixado na praça situada em frente a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Começa também neste dia a novena, que termina na sexta-feira da semana seguinte, às vésperas do final da festa.

Sabe-se que era durante as festas realizadas em homenagem aos santos de devoção dos negros, na época do Brasil Império, que os cativos encontravam seus momentos de autonomia, ou seja, o espaço apropriado para conversar, cantar, dançar e executar seus folguedos religiosos, com a permissão dada pelos seus senhores. Envolvidos por esse espírito

¹⁶ A festa é promovida por uma Irmandade do Rosário, que se constitui em uma confraria religiosa exclusiva dos negros, apesar de não conter os termos “negros” ou “pretos” em sua denominação. Os três grupos de dança que participaram do evento, ali denominados de “brinquedos” os Congos, os Pontões e os Reisados são formados em uma grande maioria, por negros; além disso, os elementos culturais presentes nas atividades por eles realizadas permite enquadrá-las, sem dúvida, na categoria de manifestações culturais afro-brasileiras.

em processo, dos atos dos costumes culturais, dos ritmos das músicas, das orações, dos comportamentos, das histórias e estórias de boa e má fama dos pombalenses, envolvem o imaginário, criando e recriando memórias, que são fonte da história oral, da história contada no período da Festa do Rosário, nas conversas na calçada, na reunião em família e no âmbito dos grupos. Todavia esse fato revela que patrimônio tem relação intrínseca com a cultura, é o conhecimento que vai sendo acumulado nesse processo dinâmico por sujeitos que refletem nos grupos sociais e disseminam a trajetória para as gerações futuras. Somos os frutos de luta, resistência, permanência de uma sociedade. Segundo Umbelino Peregrino, superintendente do Iphan na Paraíba, TOLENTINO, (2012):

(...) é uma herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, agentes das realizações e histórias de uma sociedade, que denominamos de patrimônio cultural. O produto da construção coletiva de uma sociedade é o que faz a diferença entre elas, distinguindo-se de outras, criando daí o verdadeiro sentido de identidade que vem a pertencer a todos os cidadãos. Neste sentido, tudo que é produto da ação consciente e criativa dos homens sobre o meio em que vive é patrimônio cultural.

Aliando teoria e prática Miguel, rei dos Congos, ressalta a importância da preservação do legado familiar, como indivíduo inserido em uma coletividade que pensa a sua realidade social e a constrói revestida de signo e significados, que constitui base para sua percepção, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

(...) A minha formação como Congo, como negro, se deu mais pela questão de receber dos nossos familiares essa herança. Meu pai com 85 anos, meu tio quase 70 anos e foi Rei, Chico Barros que era parente, um dos membros mais importantes porque era considerado guia, coordenador, uma grande liderança dentro dos Congos, então é claro que através desse familiares a gente recebeu toda essa carga de história é o que a gente mais percebia nessa herança, é que sempre se reportava muito a questão da procissão do Rosário, o próprio rosário, a Nossa Senhora do Rosário e a Festa do Rosário. É claro que com os livros aprendemos muitos com a História de Manuel Cachoeira, todo esse percurso que ele enfrentou para se criar a Irmandade do Rosário e teve toda essa ligação direta com a igreja Católica a igreja do Rosário. Eu percebi que nossa herança maior foi por conta dos familiares, pelo fato deles terem essa crença, essa devoção. Eles sempre diziam o seguinte; a rapaz a gente tem que permanecer nos Congos porque a gente é devoto de Nossa Senhora do Rosário, então isso fez com que nós criássemos um pouco mais de consciência, pela questão da crença e da fé, fez com que a gente também por mais que não tivéssemos tanto conhecimento da história e o tanto de importante que era a questão da cultura negra. Temos recebido essa herança, a maior parte do grupo são de origem Afro, percebe até pelas cores. Conseguimos se fortalecer pela crença, pela fé. Eu me lembro que diziam assim: Olhe vocês tem que ensaiar, porque está se aproximando a Festa do Rosário e vocês vão ser castigados. Então eu ouvi muito meu pai dizer é uma questão de compromisso com Nossa Senhora do Rosário. (MIGUEL,2012)



(Acervo Verneck Abrantes, Grupo Congos, 1964, reunidos juntamente com seus descendentes)

A partir desse pressuposto das colocações do IPHAN, relacionamos a teoria e a prática, ao avaliarmos as falas dos entrevistados, notamos as características da preservação, da memória dos seus antepassados, como construção coletiva desse patrimônio cultural para a cidade Pombal-PB, moldando e forjando identidades. Participar dos grupos seria dar continuidade a uma herança familiar, tradição, fé, amor a Nossa Senhora do Rosário, envolvendo um emaranhado de sentimentos, que revelam a pertença de um grupo que através das dificuldades econômicas, sociais se mantiveram firmes diante da necessidade de dar continuidade a um legado.

As concepções arraigadas de sentimentos que compõem e preserva a história¹⁷ desses indivíduos integrantes do cenário cultural pombalense são identificadas por um real que existe por si só, pois fazem parte das estruturas do mundo social, das categorias, das classificações, são esquemas que modelam e se constituem objeto pelo seu ordenamento. Nesse contexto, a relação história/memória desenvolve aspectos complexos, como uma ferramenta de desvendar aspectos sociais dos mais variados, no qual o processo de avaliação da história e narrativa encontra-se respaldo para as pesquisas quando os documentos não são suficientes. Desta forma, Giovanni Levi (2002,p.168) ressalta que “por falta de documentos alimenta não só a

¹⁷ Há uma primeira e boa razão para fazer dessa noção a pedra de angular de uma abordagem a nível de história cultural. Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns representantes (instancias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perturbada a existência do grupo, da classe ou d a comunidade. (CHARTIER,1988,p.23)

renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano.”

Tomando como base esses conhecimentos, a avaliação das entrevistas se torna fundamental para fundamentação deste trabalho, afinal, as fontes estão vivas e pulsam descontinuidades, que nos revela a dinâmica do processo da memória que perpassa o esquecimento e o lembrar a cada diálogo com os integrantes do grupo. Nessa perspectiva quando Miguel, rei dos Congos, fala de uma modernidade que desvaloriza a cultura local, faz a seguinte afirmação:

A modernidade interfere, essa nova geração tem recebido uma carga através da televisão, do rádio, através da falta de entendimento, que interfere é tanta que a gente ver que nossos familiares ele se intimidam, eles não tem aquela coragem que nós tivemos, porque vamos supor, eu tenho 42 anos e entrei com oito anos, então que dizer a mentalidade de uma pessoa de três décadas atrás é diferente de uma pessoa dessa nova geração. Muitos deles se sentem envergonhado porque percebem na sociedade certo preconceito, uma discriminação porque cultura negra, e para muitos cultura negra é uma coisa feia. Essa nova geração mesmo tendo sangue negro eles ficam intimidados, a gente percebe que é difícil eles aceitarem que estarão andando de saia ou com lança. Essa nova cultura imposta pela televisão, pelo próprio rádio, não querer esta ouvindo os cantos dos Congos, dos Pontões, da banda cabaçal, do que se canta a Irmandade do Rosário. E claro que temos que ser realistas existe uma concorrência hoje desleal, nas outras a investimentos, a indústria que investe nessa nova cultura. E qual a indústria que investe na cultura de raiz local; a gente nem tem coragem de falar, mas sabemos dessa deslealdade da concorrência. (MIGUEL,2012)



(Acervo Verneck Abrantes, Grupo Congos, 1962, em apresentação pública)

Segundo Roger Chartier, (1988, p.17) “o reconhecimento das práticas de apropriação cultural são formas diferenciadas de interpretação” assim como, as representações que se

instituem ao patrimônio como bem cultural de valor simbólico, é uma extensão da experiência, e portanto do corpo que sua, dança, canta, veste, fala através de expressões corporais e histórias orais, um patrimônio inseparável do corpo e suas técnicas. Esses objetos identificados formam entidades, nação, grupo étnico, região, religião, natureza, são simultaneamente materiais e imateriais, pois reúnem corpo e alma, ligados ao passado reproduzem valores no presente assumindo formas sociais.

O fato dessa interferência moderna na desvalorização de uma cultura que sobrevive alimentada por memórias coletivas, causa segundo Michel de Certeau, (1995, p.30) “uma dissociação da linguagem social e aqueles que renunciam a falá-la. Essa cisão dilacera lentamente o tecido de uma cultura”, com isso, quando Miguel refere-se a uma concorrência desleal e uma indústria de massa que apóia a divulgação de uma cultura por outra, que lhe é correspondente, qualificada de consumo, e que é astuciosa, dispersa, mas silenciosamente emprega seus produtos impostos por uma ordem economicamente dominante. Assim, Certeau, (1995, p.146) “permanecer nessa apresentação cultural é entrar no jogo de uma sociedade que constituiu o cultural como espetáculo e que instaura por toda parte os elementos culturais como objetos folclóricos de uma comercialização econômica-política”. As falas dos representantes dos grupos reafirmam tal compreensão:

A cultura não está sendo incentivado, esta morta! Os grupos de Pombal, não se apresenta em lugar algum, às vezes quando vai se apresentar é como a festa do Rosário, ou se não para dançar na faculdade como você levou. Aqui mesmo é só uma vez por ano. (Integrante dos Congos)

(...)

Muitas pessoas encaram, com todo respeito à cultura circense, mas dizem isso somos uns palhaços. A gente não é palhaço, porque a gente faz as pessoas rirem, é porque acham que a gente a envergonha. (Miguel, rei dos Congos)

(...)

Onde está o dinheiro, o dinheiro da gente da só para comer e mal, e aposentadoria. Ai o caba vai fazer a despesa que a gente tem, paga água, paga luz, ai vem seiscentos e vinte reais, pra tudo. Como é que a gente fica nisso. (Senhor Aristides, pontões)

Como se percebe nos discursos, trata-se de um contraste, a cultura, a memória, a tradição só seria valorizada se vinculadas à Festa do Rosário, momento no qual a cidade se destaca com a vinda dos seus filhos que há muito tempo foram buscar novas formas de sobrevivência em outras cidades, ou então pelos olhos das lentes fotográficas dos pesquisadores, que nada acrescentam a permanência do grupo. Surgem, em um passe de mágica para “usar” a cultura local e dizer lá no “estrangeiro” que no interior sertanejo existe uma cultura afro que resistiu ao tempo, e espaço através dos processos de resistências que são

travados cotidianamente por esses componentes. Nesse sentido, surge uma problemática, os pesquisadores, filósofos, historiadores estão fazendo seus laboratórios de estudos e produzindo conhecimento para quem? Porque em Pombal seus trabalhos não permanecem, são apresentados e discutidos pelos mestres da educação, da sociologia, da cultura, da música, mas não chegam às mãos daqueles que compõe e são objeto da história por décadas, que se revestem de cores, dança, música e suor dedicados a uma fé, a uma tradição cultural, ao sentimento de manter viva a história do seu povo.

Com isso,

É difícil a gente dizer com propriedade com autoridade como é que a sociedade enxerga os grupos folclóricos de Pombal, se a gente fosse traduzir pelo situação acho que seria com maus olhos, porque se fosse com bons olhos a gente não estaria nessa situação, por mais que tenha alguns que se esforcem para manter a cultura viva, a gente percebe que não há uma valorização como a gente gostaria, é claro que todos nós aqui gostaríamos de ser mais respeitados, bem mais vistos, sem tanto preconceito, sem tanta discriminação. A gente percebe uma comunidade sem um pouco de delicadeza, gentileza com os grupos, é como Aristides disse, as pessoas nos vêem como grupo que fazem as pessoas rirem que não é nossa função, mais que a gente também se alegra quando as pessoas sorrirem com a gente porque tem momentos engraçados, Reisado tem momentos em que os seu trechos dramáticos faz a gente sorrir, como tem os Pontões pela própria dança, mechem com os sentimentos da gente, mas é dessa forma que a comunidade ver a nossa cultura ainda com maus olhos.(MIGUEL,2012)

(...)

Eu me sinto feliz porque o povo de Pombal e principalmente a Irmandade do Rosário ver a gente, e o povo de fora também João Pessoa, Brasília. Ano passado o povo só faltava derrubar nós, quando via o grupo atrás de tirar foto, inclusive trouxeram até um crachá pra nós. Homenageando nós, e eu já ouvi dizer que em João Pessoa tem muitas fotos de nós da Irmandade do Rosário. (Adjunto da Irmandade)

(...)

Aqui em Pombal tem umas partes que apóia a Irmandade do Rosário e outras já não apóiam. E eu acho triste uma coisa dessas, e vem os de fora, e dar mais apoio a gente do que os daqui. (Adjunto da Irmandade do Rosário)

Nesse contexto, a festa que é prestigiada pela comunidade local, nasceu e vive os outros meses do ano, longe das vistas da comunidade eclesial e sociedade em geral. São motivos de preocupação que só toma corpo em outubro com trabalhos acelerados de forma superficial, para que na semana do Rosário esteja tudo, aparentemente, bem aos olhos dos telespectadores. Ao utilizar as práticas pelas quais os consumidores se apropriam e reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural, elas reelaboram o sistema de produtos, e ao estabelecer distinções entre as margens de manobras permitidas aos usuários formam conjuntura nas quais exercem a sua arte. Nesse ponto, Certeau, (1994)

discute as análises das imagens difundidas chamando de representação do comportamento social, que devem ser completadas pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” a partir das imagens transmitidas. Neste sentido, a comunidade assiste às vivências folclóricas sem está ligada ao próprio ato cultural, o que os coloca apenas na condição de espectadores, sem um compromisso social e cultural de valorização e preservação como bem coletivo. Os integrantes dos grupos destacam em suas falas que:

Nós nos sentimos entre a sociedade católica, a sociedade política, e a sociedade cultural. A sociedade como um todo ela respeita, mas nos respeita no cenário da festa do Rosário. É tanto que qualquer coisa que nos falte tem sempre alguém no seio da sociedade que esta sempre disposto a nos da espinhada. Vocês deveriam ter feito isso, vocês deveriam ter feito assim dessa forma, e às vezes são pessoas que são convocadas para uma reunião e não comparece e quando é de ultima hora fica fornecendo sua opinião. Distanciando do cenário da Festa do Rosário a sociedade nos ver como se fossemos palhaços, como se fossemos pessoas que estão ali para agradar determinado grupo de pessoas, quando na realidade o que a gente quer é defender a cultura do nosso povo. (EDIMILSON,2012)

Com base nas discussões, percebemos a necessidade da participação popular informada e sensível a respeito do atual processo de desfragmentação dos grupos e conseqüentemente da cultura pombalense construída há décadas. Nesse sentido, a cultura de um povo é dinâmica, está em constante transformação, mas resguarda no âmbito de sua formação aspectos matrizes que constroem sistemas de referências específicas para cada comunidade, que se revelam quando estimuladas pelos produtores culturais.

Desta forma,

O que é mais importante, a cidade de Pombal tem quatro características principais, a primeira é a tradição que passa de pai para filho, nós temos em nossa cidade essa riqueza maravilhosa, nós temos aceitação popular, pois no cenário da Festa do Rosário quando convocamos a população se dirige ao centro da cidade. Nós temos outra característica importante que é a expressão oral, quantos gestos não são feitos, quantas coreografia produzidas planejada por cada grupo folclórico que se apresenta em nossa cidade. Nós temos também um anonimato que é riquíssimo, quantas e quantas músicas foram compostas por gente da nossa sociedade e até o presente momento não sabemos seus nomes. Quantos e quantos fizeram parte da Irmandade do Rosário e de cada grupo folclórico sem que saibamos o seu nome. (EDIMILSON,2012)

São essas referências que influenciam e compõem as identidades, tornam-se características de um grupo, de uma comunidade, que atenderá aos estímulos emitidos para reativar a memória afetada pelos processos de esquecimento. O lembrar nessa perspectiva, se torna resgate, daí a importância dos estudos dessa história, como bem destaca Edimilson:

A sociedade ver os grupos folclóricos no cenário da Festa do Rosário, nos ver palhaços distanciados da festa do Rosário. Mas isso pode ser mudado, quando todas as escolas inserir o que vou lhes dizer agora: primeiro nunca devemos ensinar história a uma criança partindo do Brasil, História Geral, História da Paraíba. Primeiramente devemos estudar a história da nossa cidade para que depois conheça a história do nosso Estado e depois do nosso país e lá nas proximidades de um curso superior que devemos estudar História Geral, outra coisa importante que devemos ter em nossa cidade para defender nossa cultura, e que todas as escolas deve trabalhar a criança é o adolescente. Se toda sociedade nos procura para defender os grupos folclóricos, pra fortalecer os grupos folclóricos como vamos fazer para defender se a gente não tem esse apoio das escolas. Então todas as escolas na minha opinião deve ter uma aula por semana para ensinar a criança traços culturais referentes a cultura da nossa cidade. Quando isso acontecer sem sombras de dúvidas o preconceito será instinto, a nossa cultura será respeitada. O preconceito ele é feito por nós, se eu sou negro porque eu vou repudiar quem me chame de negro, poxa vida eu não vou arrancar minha pele, eu sou negro e acabou quem quiser pode ficar dizendo que eu sou negro porque jamais eu vou repudiar essa pessoa ou então processá-la. Eu sou negro e morrerei assim sendo negro, então o primeiro preconceito ele feito pelo próprio negro. O negro tem que respeitar a cultura, repudiando a princípio o preconceito levado a sua pessoa. Então tudo isso é o que falta em nossa cidade. (EDIMILSON,2012)

A preocupação revelada acima demonstra que a memória do grupo necessita ser preservada para posteridade, se considerada como patrimônio imaterial de um povo, as iniciativas de conservação e fiscalização da cultura afro, assimilada a religiosidade e transformada em objeto histórico, devem perpassar os ideários veiculados da transmissão, difusão e apropriação por parte dos grupos, dos produtores culturais e da comunidade que escolheu essa memória. Desta forma, a percepção das fragilidades dos bens culturais, deve ser trabalhada no cotidiano das relações sociais, assim as leis, os decretos, a memória instituída não ficará à mercê de setores da sociedade, tornando-se obstáculos para o desenvolvimento da cultura, no entanto, terá desenvolvimento e sustentabilidade se orientada para busca do interesse público¹⁸ e não só de grupos já familiarizados.

Nessa perspectiva, a elaboração de uma consciência preservacionista¹⁹ que envolva toda a sociedade seria uma ação para tentar suprir a problemática do esquecimento e da

¹⁸ “o interesse público- é o argumento que não apenas justifica como legitima a aplicação de instrumento de salvaguarda, tanto daqueles coercitivos, mas necessário, como o tombamento, que limita os direitos sobre a propriedade e o uso dos bens, como também o registro de bens culturais de natureza imaterial que, embora não afete os direitos dos detentores desses bens, constitui uma intervenção do poder público sobre os processos culturais, muitos deles já sedimentados em comunidades que viveram séculos à margem da sociedade brasileira.”(LONDRES,2012,P.14)

¹⁹ “A formação dessa consciência preservacionista junto às novas gerações é, portanto, fundamental para a continuidade da preservação dos bens culturais, cujo o desaparecimento sabemos bem, constitui em geral, uma perda irreparável, de um momento antigo, seja de uma espécie da fauna ou flora, e também de conhecimentos, de formas de expressão, de modos de vida. Esses bens podem inclusive

desvalorização de bens consagrados. É complexo indicar o que é de interesse público, e o que é privado, dentro da dimensão de decidir o que se vai preservar, o que se destrói e o que se quer transformar, para essas ações existem valores arraigados de sentimentos de pertença que legitima a preservação do bem cultural, através de posicionamentos em defesa do patrimônio emitidos pela sociedade. Desta forma, a educação patrimonial se torna um importante veículo preservacionista do processo a qual identifica no educando, no cidadão um protagonista da sua própria história que parte do coletivo para o individual e do individual para o coletivo, com intuito de busca pelo bem estar em coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da formação das Irmandades do Rosário, os homens negros de Pombal – PB reconstruíram seus espaços de vivência, adaptando a fé a seus laços familiares e comunitários perdidos no processo de escravização. A adoração a uma santa católica proporcionou aos integrantes uma inserção social autorizada pela comunidade branca, agora os irmãos na cor e na fé se reúnem na busca de um bem comum, fortalecer seus parentescos ao serem inseridos nas Irmandades, sua conduta é aceita e as relações de parentesco reais, ou fictícias, geram um ideário de família, aos quais, todos são filhos do mesmo Deus, monoteísta, e assim irmãos.

Desta forma, esses homens deixam de ser só escravos ou ex-escravos, no âmbito das relações das confrarias tornavam-se amigos, pai, irmão, designavam cargos administrativos, construíam reinados encantados. Nesse sentido, ao necessitarem de auxílio em momentos de difíceis contariam com a presença dos irmãos de confraria, seja na morte, na prisão, na compra de cartas de alforria. Essas concepções coletivas proporcionam para o ser humano pontos de referência, que forjam identidades, juízos de valor, processos de sociabilidades.

A partir desse pressuposto os negros que compunham as Irmandades carregavam em sua memória às tradições, a cultura, a música, a dança, que foram transmitidas pelos seus antepassados, sendo que na recomposição do tempo e dos espaços essa memória resguardada aparece correlacionada à Igreja Católica que dispunha de uma diversidade de Santos, no entanto, adorava um só Deus, atraiu estes homens que possuíam vários deuses e cultuavam os seus mortos, em suas religiões tradicionais.

Nesta pesquisa, encontramos a história de formação desses grupos atrelada à riquíssima história de Pombal – PB, que no entrelaçar das teias da história formou a identidade cultural dos pombalenses, partindo do pressuposto de que há uma necessidade essencial ao indivíduo da afirmação da sua identidade, sendo que esta estará em constante construção, não há identidade fixa, estável, há uma formação identitária que busca na coletividade realizar seus processos culturais, sendo sujeitos da sua história o homem torna-se transmissor da herança cultural que lhe foi repassada.

A partir das discussões proposta nesse trabalho foi possível uma compreensão acerca da temática patrimônio imaterial, cujos resultados encontram-se fundamentados na pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semi-estruturadas, que arraigaram as discussões sobre cultura, memória.

A partir disso compreendemos que o principal desafio da pesquisa era entender as relações que estão implícitas aos grupos, como eles se entendem diante da sociedade

moderna, e como essa sociedade os entende. As cidades passam por um crescimento econômico e estrutural acelerado gerando cenários globalizados em que as características locais vão ficando esquecidas. Nesse contexto, a busca por uma identidade afrodescendente no sertão da Paraíba, converte-se como meio de encontrar uma identidade individual de um grupo que compartilha sentimentos com a comunidade e se torna patrimônio cultural local, por resgatar raízes, histórias, relatos, livros, documentos, entre outros, sua importância constitui patrimônio público da sociedade de Pombal –PB.

No entanto, muitos pombalenses não têm acesso às informações de caráter educacional que destaque a importância de entender esse patrimônio histórico, e por isso não compartilham com toda a sociedade do sentimento de conservar, muito embora, a função desses registros de natureza imaterial é servir a população. Nesse sentido, faz-se necessário que a sociedade reconheça esses bens e desenvolva relação de pertencimento. Assim, as dificuldades para a incorporação de uma consciência que permita ressaltar a cultura e os bens imateriais que retratam a memória da sociedade perpassam o ideário de que, falta investimentos em políticas públicas e privadas que trabalhem a Educação Patrimonial voltada para formar cidadãos com uma identidade coletiva.

Os grupos folclóricos compartilham desse patrimônio imaterial, entendem as suas participações nas confrarias como guardiões da memória de uma cultura, essa preocupação com a tradição que conta a história dos comportamentos, revela-se uma ancestralidade ligada ao modo de aprender, que se constrói o modo de ser, que esta ligada a identidade afrobrasileira, os mais velhos passam suas experiências para os mais jovens através da história oral. Desta forma, Wanderley, (2009 .p.233) descreve que:

O elemento primordial do processo de resistência à imposição cultural è a constituição dos saberes tecidos no interior da Irmandade do Rosário, considerando-se, também, a educação escolar por onde passam muitos dos seus membros. Esses saberes são capazes de manter, criar, recriar e afirmar a identidade afrobrasileira. (...) participação ativa é um dos primeiros passos para que exista o processo educativos no interior dessas Irmandades, o que traz a tona a cultura de matriz africana e lhes desperta o interesse em aprender sobre essa cultura e em defender sua integração nos espaços sociais. Participar significa fazer parte, tomar parte e ter parte.

Partindo desse pressuposto, os grupos de vivencia constroem uma rede de saberes repassada para cada integrante, revelam aspectos de educação no âmbito dos saberes populares compartilhada pelos integrantes de longa caminhada, assim conhecer a história percebendo uma memória cuidada pelos membros do grupo, torna-se objeto de preservação.

Nessa perspectiva, está evidente a necessidade de uma pesquisa voltada para sistematizar esses saberes, e transformá-los em metodologias de Educação Patrimonial em Pombal- PB. Torna-se evidente que os trabalhos realizados há décadas sobre a cultura pombalense não saíram do papel, as escolas não trabalham e algumas nem conhece a importância de se trabalhar a história dos grupos atrelada à história de Pombal, de buscar de forma organizada e pedagógica a inserção desses valores culturais para que haja um real engajamento dos próprios descendentes dos grupos, no sentido de difundir a preservação e valorização da cultura local.

Com isso, concluo que este trabalho foi só o primeiro passo de uma longa caminhada, a problemática abordada tornou-se ampla mediante a desvalorização da comunidade, e por parte de integrantes dos próprios grupos. Constata-se a necessidade de implementação de projetos voltados para o debate sobre cultura e patrimônio como forma de garantir que as gerações futuras vivenciem a Festa do Rosário e a Irmandade do Rosário, conheçam e participem dos Congos, Reisados, Pontões, que a sociedade pombalense não permaneça fadada ao descaso de uma cultura que espera chegar outubro para ser acordada de um ano de sono intenso. Outro aspecto observado no trabalho é que uma das maiores dificuldades encontradas e apontadas pelos membros dos grupos diz respeito à falta de um conhecimento elaborado da comunidade, que confunde apresentações culturais com apresentações circenses. Torna-se evidente a falta de um processo de aquisição de uma memória que seja reelaborada na modernidade.

Muito embora, exista na atualidade normas e instituições respaldadas para desenvolver um trabalho de caráter educativo, para romper com paradigmas sócias enraizados na sociedade, com relação a esses grupos, ainda persiste uma compreensão que o caracteriza como resquícios de uma história passada. A cultura e a memória desses grupos esta viva e presente, e pulsa relações de troca com a comunidade.

Portanto, fica explícito a necessidade de avaliar as práticas educacionais que se refere à cultura, considerando normas instituídas que promovem a disseminação do conhecimento e valorização da cultura e da memória como patrimônio de uma comunidade. O dinamismo e a criatividade da juventude aliada a experiência e conhecimentos dos mais velhos, seriam ferramentas fundamentais para se produzir um saber local que transforme a realidade, pois devemos lembrar que esses serão os responsáveis pelas decisões das gerações futuras, percebe-se a importância de encorajá-los e habilitá-los na luta pela preservação do patrimônio.

Com esse trabalho entendemos que a Educação Patrimonial é a peça fundamental para promover a conscientização da população e estimular seu sentimento de pertença o que

diminuiria a defasagem do conhecimento sobre sua própria história. Essa percepção das fragilidades dos bens culturais deve ser trabalhada no cotidiano das relações sociais, assim as leis, os decretos, a memória instituída não ficará a mercê de setores da sociedade, tornando-se obstáculos para o desenvolvimento da cultura, no entanto, terá desenvolvimento e sustentabilidade se orientada para a busca do interesse público e não só de grupos já familiarizados. É necessário democratizar esse processo, criar órgãos, políticas, instituições de pesquisa que promova a tão sonhada troca de informação planejada, sistematizada que não seja mera propaganda, que fortaleça uma rede de relações, conexões e que seja eficaz no requisito preservação da memória.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé**: irmandades negras na Parahyba do século XIX.2006, Dissertação(Mestrado em História) João Pessoa, 2006. 115p.
- AYALA, Marcos. **História e cultura**: negros do rosário de Pombal. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) - (Centro de Ciências Sociais), Universidade de São Paulo.1996.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. (org.) **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 23-79.
- BARROS, José D`Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**.4.ed. Petrópolis-RJ: Voses,2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 183-192.
- BRASIL.Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.p.462.
- BRASIL,Decreto Nº 3.551**, De 4 De Agosto De 2000. Publicado no Diário Oficial da União em 07 de agosto de 2000. art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998,
- BRASIL, Resolução nº001**, de 03 de agosto de 2006. Publicada em 23 de março de 2007 Diário Oficial da União.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica.In:**A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.pp.65 – 109.
- CERTEAU, Michel de, A beleza do morto.In:**A cultura no plural**. Campinas-SP: Papiрус, 1995.pp.55-97.
- CERTEAU, Michel de.História de uma pesquisa. In:**A invenção do cotidiano:artes de fazer**.Petrópolis-RJ:Vozes,1994.pp.9-53.
- _____. Introdução Geral.In:**A invenção do cotidiano:artes de fazer**.Petrópolis-RJ:Vozes,1994.pp.37-53.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de meditação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra(org). Educação patrimonial: reflexões e práticas. - João Pessoa: Superintendência do iphan na Paraíba,2012.
- GLENISSON, Jean. O objeto intelectual da pesquisa: o fato histórico. In: **Iniciação dos estudos históricos**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1986.123 – 166.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento . In: ABREU,Regina.CHAGAS,Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.320p.
- GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In:PINSKY, Carla B. Tânia Regina D. **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Contexto. 2009.pp.291-300.
- HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. 10.ed.Rio de Janeiro: DP&A,2005.

- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petropolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- HUME, David. História natural da religião. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- IPHAN, 2008. Folder institucional, 3ª ed. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*.
- IPHAN, Educação Patrimonial. Disponível em: <http://casadopatrimoniojp.com/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tânia Regina D. **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Contexto. 2009. pp. 09 – 27.
- LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: História e memória. 3 ed. Campinas – SP: Unicamp, 1994. pp. 535 – 553.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 167-182.
- LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org). Educação patrimonial: reflexões e práticas. - João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- LIMA, Solange F. CARVALHO, Vânia C. Uso sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla B. Tânia Regina D. **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Contexto. 2009. pp. 29-59.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B. Tânia Regina D. **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Contexto. 2009. pp. 195-221.
- PRIORE, Mary Del. VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320p.
- SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas**- Pombal. João Pessoa: A Imprensa, 1962.
- SOUSA, Antonio Jose de. **Grande Pombal**. João Pessoa: A Imprensa, 1971.
- WANDERLEY, Alba Cleide Calado. **A construção da Identidade afrobrasileira nos espaços da irmandade do Rosário no sertão paraibano**. 2009. 144f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009
- WHITE, Hayden. **O fardo da história**. In: Trópicos do discurso: ensaios e crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 59-63.

ANEXOS

Parte 4
 EMISSÃO EVARISTO MARI
P A G. 1

feby

NOMINE CHRISTE INVOCATA

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO ROSARIO

*DATILOGRAFADO
 POR VOLTA DE 1963*

C A P I T U L O 1º

DA IRMANDADE E SEUS FINS:

Art. 1º + Fica instituído a irmandade de Nossa Senhora do Rosário com sua criação na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Fombal, até que sob os auspícios da mesma irmandade, se construa uma capela com aquela invocação.

Art. 2º (A irmandade se comporá de todas as pessoas parias de reconhecida conduta civil e moral, não sendo estabelecido em uma destruição de sexos e sangue que não fôrem concubina- rios nem dado ao vicio do jôgo e da embriaguês, e que se pro- puserem tributar um culto especial de hiperdulã e veneração da Incolita Senhora do Rosario.

C A P I T U L O 2º

DOS IRMÃOS E REQUISITOS PARA A SUA ADMISSÃO.

Art. 3º Só poderam pertencêr a comunhão desta irmandade os ho- mens maiores 14 anos e as mulheres de 12 que tiverem todos es- tes requisitos.

P. 1º Observar o fiel cumprimento dos mandamentos da lei de

CONTINUA pag. 2

Deus e da Santa Igreja e a frequencia dos Sacramentos ao menos na festa principal da irmandade. +

P. § 2ª Rendir a maxima obediencia ao Rev. Parocho, tornando effectivas todas as despuzições por este trasmetido.

P. § 3ª Professar a religião Catolica Apostolica Romana sem affecto a qualquer seita condenada pela Igreja nomeadamente a maçonaria.

P. § 4ª As pessoas não sendo mansipados só serão admitidos no regimento da irmandade mediante licença provada de seus superiores.

Art. 4ª Prometer toda a sollicitude e empenho em promover o progresso marcha espiritual.

Art. 5ª O numero irmão será ilimitado.

Art. 6ª Além dos irmãos efectivos é permitido a inclusão dos irmãos renidos, pagando uma vez a quota de P:..... sujeita a joia de entrada.

Art. 7ª Os irmãos por devoção cuja admissão e numero constitua ozeito privativo da moza do ano comprimensal ~~irão~~ não dando oblação que bém entenderem a seu Juiz, não tendo voto descernido em qualquer causa que se acentar na moza, não podem ser votados, exceto para os lugares de escrivão e tesoureiro honra, aquele encarregado de toda a escripturação e este do cofre da irmandade.

P. § UNICO. Os irmãos por devoção quando estiverem na efetividade dos cargos referidos gozarão de todas as prerrogativas de

P A G E 3

CONTINUAÇÃO

Irmandade ainda tenha o direito de suscipir os o também desempenhando seus cargos.

Art. 8 As irmãs não poderão votar nem ser votadas para qualquer cargo da irmandade.

Art. 9 Cada irmão terá logo que se passa mediante o estado financeiro da associação, uma devilha, que constará de opa com cor azul e farsa branca uma medalha contendo a effigie da glorio Virgem, pendente ao pescoço por uma fita azul claro. O Juiz além da medalha em relevo, terá mais a vara simbólica.

P. § UNICO. Os irmãos só poderão usar de suas insignias durante qualquer ato da irmandade, findo o qual entregarão suas opas ao tesoureiro, de tudo responsável perante a mesa.

Art. 10. Cada irmão terá uma carta patente assinada pelo juiz, Escrivão e tesoureiro do ano compromissal de sua admissão da qual constará o dia mês e ano de sua entrada.

P. § UNICO. Caso venha o irmão perder sua carta patente só poderá ser passada nova, mediante a esmola de Cr\$ 20,00. (VINTE CRUZEIROS)

C A P I T U L O 3ª

DA MESA E SUA ELEIÇÃO.

Art. 11. O Governo da irmandade é cometido imediatamente composta dos seguintes membros: Juiz, Escrivão, Tesoureiro, Zelador e doze irmãos de mesa.

Art. 12. Além destes membros, far-se-á consoante as disposições do art. 7 a eleição de um escrivão e Tesoureiro de honra, que assim investidos poderão votarem qualquer deliberação da mesa, sendo porém proibido apresentar qualquer idéia.

Art. 13. A eleição da mesa se procederá por escrutínio secreto, observada a maioria absoluta dos votos.

Art. 14. Havendo empate em qualquer eleição, se algum dos candidatos já tiver exercido aquele cargo, será este o escolhido, não procedendo esta hipótese, se decidirá pelo mais velho e ainda havendo coincidência, se recorrer a sorte.

CONTINUA

P A G..... 4

CONTINUAÇÃO

Art. 15. Não se poderá proceder por qualquer título a eleição para pessoas estranhas a comunidade da irmandade.

Art. 16. A ordem a seguir nas eleições será descendente em primeiro lugar o Juiz em segundo o escrivão em terceiro o tesoureiro e doze irmãos da mesa. Esta mesma ordem observa-se-á no direito de sucessão na falta e opendimentos, favorecendo a maioridade, caso sejam atingidas os irmãos da mesa.

Art. 17 Cada irmão depositará na urna uma chapa, contendo um só nome para a eleição de Juiz Escrivão Tesoureiro 12 (DOZE) nomes para os irmãos da mesa.

Aparecendo qualquer chapa inscrita em numero superior, só será apurado o primeiro nome para os três primeiros cargos os doze primeiros nomes para o ultimo.

Art. 18. O irmão que for empossado de um destes cargos, tudo devesa proceder para sua inteireza e despesa fiel podendo solicitar do Juiz todos os esclarecimentos e informações, que ao mesmo se a tiverem.

Art. 19. Os irmãos, quando entenderem razoavel, podem requererem um fiscal para assistir a eleição não sendo permitido o ingresso de pessoas estranhas a irmandade.

Art. 20. Não é vedado o direito de reeleição de qualquer membro quando tenha observado fielmente todos os cumprimentos de sua investidura.

Art. 21. Quando o irmão eleito para qualquer lugar da mesa não comparecer dentro de um mês, após a posse da mesa regêdora, reputar-se-á a vacacia do cargo, designado o juiz um dia, após de, em sessão extraordinaria fazer-se a eleição para seu preenchimento.

Art. 22. Serão consideradas suspensas os direitos do irmão que não realizarem o pagamento de seus anais em 2 anos consecutivos sendo deles reentregados após seu saldo ou indenização.

C A P I T U L O 4REGULAMENTO DA IRMANDADE

Art. 13. Ficará no Governo de sua corporação 4 membros

P. A. G. 5

CONTINUAÇÃO

ordinarias, também denominadas sessões magnas, nos dias seguintes 1ª de janeiro, Domingo da Ressurreição segundo Domingo de Agosto 1ª de outubro.

P. §. UNICO. Poderá haver sessões extraordinarias toda vês que o juiz entender por bõ determinar ou o requerimento de treis irmãos desobrigados de qualquer anos de vida para com a irmandade, quando declaramos motivos justos e momentõs.

Art. 24. Em nenhuma sessão, se deliberará executivamente havendo numero inferior a 12 membros, sendo no entanto permitido qualquer desculsa, que dê luz e esclarecimento, sobre os negócios desta pia instituição.

Art. 25. Na 1ª sessão) (1ª de janeiro de cada ano. farse-á arrecadação de todos os ~~taxas~~ debitos dos empregados e irmãos e a tomada dos cantos do tesoureiro que depois de aprovados pela mesa serão remetidos ao vogario, quem facultativo pugnar por qualquer defeito, que se notar.

P. § UNICO. Havendo deficit nestas contas facultarse-á o prazo de 15 dias para seu integro pagamento, depois de que se poderam se cobrar judicialmente, ou como melhor aconselharem a caridade e a prudencia.

Art. 26. Um irmão assim procedendo será eliminado podendo ser admitido volvendo a verdadeira regeneração.

Art. 27. Na 2ª sessão Domingo da Ressurreição se procederá a eleição dos membros da mesa regedora e a posse dos novos eleitos precedido do juramento aos Santos Evangelhos, diante do Rev. Paroco ou qualquer sacerdote por ele delegado.

Art. 28. Na 3ª sessão (segundo Domingo de Agosto) se tratará do modo por que se poderá fazer a festa de Nossa Senhora do Rosario, segundo as possibilidades e as condições monetarias do cofre da irmandade tendo lugar então a quota subscrita de todos os membros.

Art. 29. No 1ª Domingo de Outubro celebrará a festa de sua excelsa protetora, observado ~~xx~~ os despositivos obs. os mandamentos Decretos.

reitor

P A G..... 6

P. §. UNICO. Nas mesmas sessões, se poderá tratar de tudo, que fôr necessário ao bem o serviço desta pia associação.

Art. 30. As sessões seguirão os mesmos transitos dos corpos legislativo, salientando-se do modo preceptivo a boa ordem e silencio que deverão conservar.

Art. 31. A segunda das sessões anuais deverá ser feita com assistencia do Parroco, para receber o juramento de que fala o art. 27, que será consignada nestes termos: Juro pelos Santos Evangelhos, proceder com todo empenho, isenção de animo e sollicitud no cargo de que assumo.

P. §. UNICO. Não comparecendo o vigario fica o mesmo autorizado a receber o juramento, de que passarãz certidão autentica.

C A P I T U L O 5º

X DO JUIZ

Art. 32. Só poderá ser Juiz o irmão maior de 25 anos, sendo legalmente illicita a eleição daquele que não tiver completa essa idade.

Art. 33. São atribuições privativas do Juiz.

P. §. 1ª Presidir todos os atos da comunhão

P. §. 2ª Resolver qualquer assunto dosejão fora das sessões da mesa.

P. §. 3ª Autorizar as despesas necessarias a irmandade até Cr\$ 25,00 independentemente de autorização da mesa.

P. §. 4ª Representar esta corporação e sobre tudo puznar pela observancia deste compromisso.

P. §. 5ª Decidir nos empates de votação nominaes e simbolicas da irmandade.

P. § 6ª Apresentar no fim de seu ano compromessal um relatorio historiando os principais acontecimentos havidos.

C A P I T U L O 6º

DO ESCRIVÃO

Art. 34. O escrivão terá a seu cargo todos os papeis e livro

P A R T E 7

CONTRIBUIÇÃO

- P. § . 1ª da irmandade sendo por ele o unico responsavel.
- P. § . 2ª Escrever todas as correspondencias que aparecer durante o tempo de exercicio deste cargo.
- P. § . 3ª Inscrever pela ordem de sua admissao o nome dos irmãos.
- P. § . 4ª Substituir o Juiz em seus empdimentos.

C A P I T U L O 7ª

D O T E Z O U R E I R O

Art. 35. Ao tezeureiro compete

- P. § . 1ª Guardar o cofre da irmandade, sendo obrigado a indenizar qualquer falencia que se verificar na prestação de contas.
- P. § . 2ª Fazer um balanete da receita e despesa anexadas os documentos comprobatorios da efetividade de qualquer despesa.
- P. § . 3ª Encarregar-se como zeloso cooperador do paroco, de todos o bem, legados e donativos ofertados a irmandade.

Art. 36. O tezeureiro só será sucessor imediato de escrivão na gestão diretiva da irmandade, nos outros casos o Juiz convidará qualquer irmão para substituí-lo.

C A P I T U L O 8ª

D A C O N T R I B U I Ç Ã O

Art. 37. Enquanto não se tornarem mais lejongeiras as condições financeiras desta pia instituição observa-se-á singularmente o pagamento, segunda, a tabela infra.

Joa de entrada	Cr\$ 3,00
" " anual	Cr\$ 1,000
" " Juiz	Cr\$ 3,00
" " escrivão	Cr\$ 3,00
" " tezeureiro	Cr\$ 3,00
" " irmão de mesa	Cr\$ 2,00

Art. 38. Considera-se terminado o ano em ordem a contribuição dos irmãos no dia 1º de janeiro de cada ano.

C A P I T U L O 9ª

CONTINUA.

P A E..... 8

CONTINUADISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 37. A actual mesa Regedora continua no pleno dominio de sua investidura caso esteja com as disposições deste compromisso.

Art. 40. O juiz fica autorizado a nomear uma comissão destinada a modelar a irmandade de Nossa Senhora do Rosario a fim de remover-se as gravames desta comissão.

C A P I T U L O 10ºDISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Os irmãos que falecerem sem nada deverem a irmandade tem jús a ser acompanhado oficialmente pela irmandade, a 3 (treis) sinais e ao fruto espiritual das missas que como sufragio mandar celebrara mesa.

Art. 42. A mulher vivendo em estado conjugal, o filho menos de 10 anos sob a opatris poder e as filhas solteiras vivendo honestamente gosarão dos direitos de sinais e acompanhamento, não sendo de nenhum modo invita a irmandade a occorrer a qualquer despesa mesmo no caso de reconhecida pobreza.

Art. 43. O irmão que pelo estado de verdadeira indigencia não poder sêr sufragado pela sua familia será enterrado modesto e descontentemente pela irmandade.

Art. 44. Anualmente se mandará celebrar 12 missas pela intenção e sufragio dos irmãos vivos e mortos, sendo que pelo estado da associação se possam aumentar ditos sufragios.

Art. 45. As pessoas que fizerem donativos e legado em quantitativo superior a Cr\$ 25,00 extencivas as disposições do art. 41.

Art. 46. As pessoas que fôrem alistados pela familia depois de morto ou em estado de talha morbidez para gosarem das prerogativas e sufragios do presente compromisso, é preciso que a mesma familia contribua com a jola entegral de Cr\$ 25,00.

P. §. UNICO. Essa admissão tar-se-á tão somente com a provação do juiz escrivão e tazeuralro e na falta de qualquer um deles dois irmãos da mesa.

Art. 47. O irmão que sem motivo deixar de comparecer a qualquer

CONTINUA

P A G 9

CONTINUA

- ato da irmandade sendo previamente avisado, e não justificando a sua falta mediante motivo grave, pagará a multa de Cr\$0,50
- Art. 48. É privativo atribuição da mesa a determinação de numero dos livros necessarios para o bom governo da irmandade.
- Art. 49.
- Art. 49. Só poderá haver reunião nos domingos e dias santificados exceto para enterramento do irmão.
- Art. 50. Os irmãos terão o amplo direito de voto descrecionalario podendo propor e desautir sobre qualquer medida que urgir como precisa.
- Art. 51. É facultativas a mesa promover subscrição entre os socos para qualquer festividade ou despesa extraordinaria.
- Art. 52. As pessoas que fizerem donativos e legados excudentos a quantia de Cr\$ 30,00 fazem jus as concessões desta irmandade quanto a seus sufragios.
- Art. 53. O curso de qualquer sessão não irá, n^o além de 4 horas que se realizando será o juiz obrigado a suspende-la imediatamente
- Art. 54. Quando o Paroco estiver presente ao ~~mesma~~ mesmo caber a presidencia das sessões.
- Art. 55. Será dessolvido o profacto a mesa Regêdora que por ato arifical ser provas de desrespeito e desobediencia ou aos seus delegados.
- Art. 56. Será eliminado o irmão que por ato publico e por mal desoatar e desobedecer a autoridade Diocesano ou aos seus delegados especialmente o Paroco.
- Art. 57. A mesa está obrigada a toda a aquescencia e a acatamento as decisões da autoridade Diocesana, das quais só poderá haver recurso para a relação Metropolitana ou para a Santa Sé.
- Art. 58. A mesa poderá tomar medida preventivas que não se apor tam substancialmente as disposições deste compromisso com, aprovação formal do Paroco ad tempus; recorrendo ao ~~Excmo~~ Prelado Diocesano para aprovação da dita medida.
- P. §. UNICO. Qualquer cauza aprovada por Exco^a. e Rev^a. formará um cadastro que será adecionado como parte suplementar deste compromisso

CONTINUA

ESTA COTIA PERTENCE A
EDMILSON BUARICHO, MEI.

Refo

NOMINE CHRISTE INVOCATA

DATILOGRAFADO

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO ROSARIO

EM 07/106/1957

C A P I T U L O 1º

R/Ps TRIBUEIRO

DA IRMANDADE E SEUS FINS:

Art. 1º + Pica instituido a irmandade de Nossa Senhora do Ros-
ario, com sua oração na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Se-
nhora do Bom Sucesso do Fombal, até que sob os auspícios da
mesma irmandade, se construa uma capela com aquela invocação.

Art. 2º (A irmandade se comporá de todas as pessoas parias
de reconhecida conduta civil e moral, não sendo estabelecido
em uma destruição de sexos e sangue que não fôrem concubina-
rios nem dado ao vicio do jôgon e da embriaguês, e que se pro-
puserem tributar um culto especial de hiperdulmã e veneração
à Inclita Senhora do Rosario.

C A P I T U L O 2º

DOS IRMÃOS E REQUISITOS PARA A SUA ADMISSÃO.

Art. 3º Só poderam pertencêr a commião desta irmandade os ho-
mens maiores 14 anos e as mulheres de 12 que tiverem todos es-
tos requisitos.

R. 1º Observar o fiel cumprimento dos mandamentos da lei de

CONTINUA pag. 2

Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso

C. G. C. 08.799.173/0013-67

58.840 - POMBAL - PARAIBA

Capitulo Terceiro

Da Mesa e Sua Eleição.

Artigo 11. O Governo da Irmandade é cometido imediatamente composta dos seguintes membros: JUIZ, ESCRIVÃO, TESOUREIRO, ZELADOR e doze Irmãos de Mesa.

Artigo 12. Além destes membros, far-se á consuate as disposições do artigo 7- a eleição de um escrivão e Tesoureiro de homra, que assim investidos poderão votarem qualquer deliberação da mesa, sendo porém proibido apresentar qualquer idéia.

Artigo 13. A Eleição da mesa se procederá por escrutínio secreto, observada a maioria absoluta dos votos.

Artigo 14. Havendo empate em qualquer eleição, se algum dos candidatos já tiver exercido aquele cargo, será este o escolhido, não procedendo esta hipótese, se decidirá pelo mais velho e ainda havendo coincidência, se recorrerá a sorte.

Artigo 15. Não se poderá proceder por qualquer titulo a eleição para pessoas estranhas a comunhão da irmandade.

Artigo 16.- A ordem a seguir nas eleições será descendente em primeiro lugar o Juiz, em segundo, o escrivão, em terceiro o Tesoureiro e 12 Irmãos da Mesa. Esta mesma ordem observa-se á no direito de sucessão na falata e empedimentos, favorecendo a maioria, caso sejam atingidos os irmãos da mesa. Aparecendo qualquer chapa escrita em numero superior só será apurado o primeiro nome para os tres primeiros cargos os doze primeiros nomes para o ultimo.

Artigo 17- Cada Irmão depositará na urna uma chapa, contendo um só nome para a eleição do Juiz Escrivão e Tesoureiro 12 (DOZE) nomes para os Irmãos da Mesa. ~~Aparecendo qualquer chapa inscrita em numero superior só será apurado o primeiro nome para os tres primeiros cargos, os doze primeiros cargos nomes para o ultimo.~~

Artigo 18. O Irmão que fôr empossado de um destes cargos, tudo deve proceder para sua inteira e desempenho fiel podendo solicitar do Juiz todos os esclarecimentos e informações, que ao mesmose a tiverem.

Artigo 19- Os irmãos, quando entenderem rasuavel, podem requererem um Fiscal para assistir a eleição não sendo permitido o ingresso de pessoas estranhas a irmandade.

Artigo 20- Não é vedado o direito de reeleição de qualquer membro - quando tenha observado fielmente todos os cumprimentos de sua investidura.

Artigo 21- Quando o Irmão eleito para qualquer lugar da mesa não assumir dentro da mesa, ~~Continuação~~

Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso
C.G.C. 08.799.173/0013-67
58.840 - POMBAL - PARAIBA

Continuação do Artigo 21- dentro de um mez, após a posse da mesa regêdôra, reputar-se-a a vagancia do cargo, designado o Juiz um dia, a fim de, ~~de~~ em sessão extraordinaria fazer-se a eleição para seu preenchimento.
Artigo 22- Serão ~~o~~ considerados suspenços os direitos do irmão que não realizarem o pagamento de seus anais em 2 anos consecutivos sendo deles reentregados após seu saldo ou indenização.

=====

Capitulo Quatro

Das Sessões e Reunioes da mesa regêdôra-

Artigo 25- Haverá no decurso do ano consequentiment 4 reunioes-

Paragafos 5 - Ordinaria, tambem denominadas sessões magnas, nos dias seguintes 1º de Janeiro, Domingo da ressurreição, Segundo Domingo de Agosto, 1º Domingo de Outubro

P.º. Unico. Poderá haver sessões extraordinarias toda vez que O Juiz entender de por bem determinar ou o requerimento de treis irmãos ~~de~~ desobrigados de qualquer anos de vida para com a irmandade, quando declarem motivos justos e momentozo.

Artigo 24. Em nenhuma sessão, se deliberará executivamente havendo numero inferior a 12 membros, sendo no entato permitido qualquer descurçoens que dê luz e esclarecimento, sobre os negocios desta pia instituição.

Artigo 25- Na primeira sessão de Janeiro de cada ano, far-se-a arrecadação de todos os debitos dos empregados e irmãos, e a tomada das contas do Tesoureiro que depois de aprovada pela mesa serão remetidas ao Vigario, quem facultativo pugnar por qualquer defeito, que se notar.

P.º Unico- Havendo deficit nestas contas facultar-se-á o praso de 15 dias para seu integro pagamento, depois de que se poderemse cobrar judicialmente, ou como melhor aconselharem a caridade e a prudencia.

Artigo 26- Um irmão assim procedendo será eliminado podendo ~~podendo~~ ser admitido voltando a verdadeira regeneração.

Artigo 27- Na 2ª sessão Domingo da Ressurreição se procederá a eleição da mesa dos membros da mesa regêdôra e a posse dos novos eleitos precedido do juramento/ aos santos Evangelos, diante do Rev. Paroco ou qualquer sacerdote por ele delegado.

Artigo 28 Na Terceira sessão Segundo Domingo de Agosto se tratará do modo porque se poderá faser a festa de Nossa Senhora do Rozario, segundo as possibilidades e as condições monetarias do cofre da irmandade tendo lugar então quota subscrita do todos os membros.

Artigo 29- No 1º Domingo de Outubro selebrará a festa de sua excelsa ~~padroeira~~ Protetôra, observado os despositivos obs. os mandamentos Diocesanos.

Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso

C.G.C. 08.799.173/0013-67
58.840 - POMBAL - PARAIBA

Continuação do artigo 29

P. § Unico- Nas m esmas sessoões, se poderá tratar de tudo, que fôr necessario ao bem serviço desta pia associação.

Artigo 30, As sessoões seguirão os mesmos transitos dos corpos legislaativo, salientando-se do modo pectivo a boa ordem e cilencio que deverão conservar.

Artigo 31- A segunda das sessoões magna deverá ser feita com assistencia do Paroco, para receber o juramento de fala o artigo 27,

que será consignado nestes termos: juro pelos Santos Evangelos, proceder com todo empenho, isençãõ de animo e solicitude no cargo do que assumo.

P. § Unico- Não comparecendo o Vigario fica o mesmo autorizado a receber o juramento, de que passará certidão autentica.

DO JUIZ

Artigo 32. só poderá ser Juiz o irmão maior de 25 anos, sendo legalmente inlicita a eleição daquele que não tiver completa essa idade.

Artigo 33 São atribuições privativas do Juiz.

P. § primeiro presidir todos os atos da comunhão,

P. § Seg. Resolver qualquer assunto sejam fora da mesa.

P. § Terceiro- Autorizar as despesas necessarias a irmandade até- Cr\$ 25.00 independentemente de autorização da mesa.

P. § quarto Representar esta corporação e sobre tudo pugnar pela observancia deste compromisso.

P. § Cinco Decidir nos emoates de votação nominais e simbolica da irmandade.

P. § Seis- Apresentar no fim de seu ano compromossal um relatorio/ historico historiando os primeiros acontecimntos havidos.

CAPITULO 6º

DO ESCRIVÃO

Artigo 34. o escrivão terá a seu cargo todos os papeis e livros da irmnadade sendo por ele o unico responsavel.

P. § segundo Escrever todas as correspondencias que aparecer durante o tempo do exercicio deste cargo.

P. § terceiro- Escrever pela ordem de sua admissão o nome dos irmãos.

P. § Quarto Substituir o Juiz em seus impedimentos.

Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso
C.G.C. 08.799.173/0013-67
58.840 - POMBAL - PARAIBA

CAPITULO ~~7º~~ 7º

DO TESOUREIRO

Artigo 35.- Ao tesoureiro compete-

P. § 1º Guardar o cofre da irmandade , sendo obrigado a indenizar qualquer falencia que se verificar na prestação de conta.

P. § 2º Fazer um balancete da receita e despesas anexadas os documentos comprovatorios da efetividade de qualquer despesa.

P. § 3º Encarregar-se como zeloso cooperador do Paroco, de todos o bem, legados e donativos ofertados a irmandade.

Artigo 36.- O tesoureiro só será sucessor imediato do escrivão na gestão diretiva da irmandade, nos outros casos o Juiz convidará qualquer irmão para substituí-lo.

CAPITULO 8º

DA CONTRIBUIÇÃO

Artigo 37- Enquanto não se tornarem mais lijongeiras as condições financeiras desta pia instituição observar-se a singularmente o pagamento segundo a tabela infra.

Joa de entrada	Cr\$	3,00
Anual Jooia---	"	1,00
Joa JUIZ----		3.00
" " Escrvão		3.00
" " Tesoureiro		3.00
" " Irmão de mesa		2.00

Artigo.38 . Considera-se terminado o ano em ordem a contribuição dos irmãos no dia 1º de Janeiro de cada Ano.

CAPITULO 9º- Artigo 37- A atual mesa Regêdora continua no pleno dominio de sua investidura caso esteja com as desposições deste compromisso.

Artigo 40- O Juiz fica autorizado a nomiar uma comissão destinada a modelar a irmandade de Nossa Senhora do Rosario a fim de remover-se as gravenes desta comissão.

CAPITULO 10º

DESPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 41- Os irmãos que falicerem sem nada dever a irmandade tem jús a sr acompanhado oficialmente pela irmandade , á 3 sinais e ao fruto espiritual das missas que como sufragio mandar celebrar missa.

Artigo 42 - A mulher vivendo em estado cojugal, o filho menos de 10 anos sob a opatris poder e as filhas solteiras vivendo honestamente gosarão / dos direitos de sinais e acompanhamento, não sendo de nehum modo invicta

Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso
C.G.C. 08.799.173/0013-67
58.840 - POMBAL - PARAIBA

CONTINUAÇÃO DO CAPITULO 10

Ninhum modo invicta a irmandade a ocorrer a qualquer despesa / mesmo no caso de reconhecida pobreza.

Artigo 43. O irmão que pelo estado de verdadeira indigencia não puder ser sufragado pela sua familia será enterrado modesto e decentemente pela irmandade.

Artigo 44 -Anualmente se mandará celebrar 12 missas pela intenção e sufragio dos irmãos vivos e mortos, sendo que pelo estado da Associação se possam aumentar ditos sufragios.

Artigo 45. As pessoas que fiserem donativos e legada em quantitativo superior a Cr\$ 25.00 extencivas as disposições do Artigo 41.

Artigo 46. As pessoas que forem alistadas pela familia depois de morto ou em estado de talhal norbidez para gosarem das prerrogativas e sufragios do presente compromisso, é preciso que a mesma familia contribua com a joia entrega de Cr\$ 25.00.

P.º Unico. Essa admissão tar-se-a tão somente com a provação do Juiz, Escrivão e Tesoureiro e na falta de qualquer um deles dois irmãos da mesa.

Artigo 47. O irmão que sem motivo deixar de comparecer a qualquer / ato da irmandade sendo previamente avisado, e não justificando a sua falta mediante motivo grave, pagará a multa de Cr\$ 5,00.

Artigo 48. É privativo atribuição da mesa a determinação do numero / dos livros necessarios para o bem governo da Irmandade.

Artigo 49. Só poderá haver reuniões nos Domingos e dias santificadas Exceto para enterramento do irmão.

Artigo 50. Os irmãos o amplo direito de voto descrecionista podendo propor e discutir sobre qualquer medida que surgir como precisa.

Artigo 51. É facultativa a mesa promover subscrição entre os socios para qualquer festividade ou despesa extraordinaria.

Artigo 52. As pessoas que fiserem donativos e legados excedente / a quantia de Cr\$ 30.00 fazem jus as concessões desta irmandade quanto a seus sufragios.

Artigo 53. O curso de qualquer sessão não irá alem de 4 horas que se realizando será o Juiz obrigado a suspender-la imediatamente.

Artigo 54 Quando o Paroco estiver presente ao mesmo cabe a presidencia das sessões.

Artigo 55. Será desolvido e profacto a mesa Regêdora que por ato official der provas de desrespeito e desobediencia ou aos seus Delegados.

Artigo 56. Será Eliminado o irmão que por ato publico ou por mal - desacatar

PARÓQUIA DE NOSSA

CONTINUAÇÃO DO ARTIGO 56- Será Eliminado o Irmão que por ato Publico ou por mal desacatar e desbedecer a autoridade Diocesana ou aos / seus delegados especialmente o Paroco.

Artigo 57. A mesa está obrigada a toda a aquescencia e a acatamento as decisões da autoridade Diocesan, das quais só poderá haver recurso para a relação Metropolitana ou para a Santa Sé.

Artigo 58. A mesa poderá tomar medidas preventivas que não se apontem substancialmente as disposições deste compromisso com, aprovação formal do Paroco ad tempus; recorrendo ao Exmo. Prelado Diocesano para aprovação da dita medida.

P. §. Unico. Qualquer cauza aprovada por Exc. e Revma. formará um cadastro que será adecionado como parte suplementar deste compromisso

Artigo 59 Revogam-se todas as desposições em contrario.

TERMO DE CONCLUSÃO

Aos dezoito de Julho de mil oitocentos e noventa e cinco, me foi dado este compromisso com o despacho superior do que fiz este termo. Eu Padre Estevão José Dantas, Escrivão da Comarca Ecclesiastica escrevi.

Pombal, 24 de Agosto de 1913

Cop P.S. Trigueiro.

Em 7/6/1957.